



REVISTA

RPPS[®]

do Brasil



Edição 60 2022
DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA
E POR ASSINATURA
ISS 22380108 | R\$ 60,00



ANEPREM fecha 2021 com sucesso no 20º Congresso Nacional de Previdência e fazendo sucessão na presidência

Capa

Adilson recebeu o bastão de presidente da ANEPREM, do amigo Heliomar

Oscar da Previdência

Prêmio Boas Práticas de Gestão da ANEPREM inspira RPPSs a se reinventarem

APEPREV

Uma das Associações destaques no país se mostra gigante na realização de eventos em 2021

Conselho Editorial



Fernando Calazans
Advogado
Previdenciário



Adilson Carlos Pereira
Presidente
da ANEPREM



Márcio Apolinário
Presidente
da APEPREV



Ronaldo Oliveira
Consultor
Previdenciário

Somos gratos por termos nosso Conselho Editorial formado de profissionais gabaritados na área de Regime Próprio. Gratidão **Fernando Calazans** (advogado indicado pelo IEPREV), **Adilson Carlos Pereira** (presidente da ANEPREM), **Márcio Apolinário** (presidente da APEPREV) e **Ronaldo Oliveira** (consultor) por serem nossas referências a cada edição.



Você também pode fazer parte da **RPPS do Brasil**.
Participe enviando suas dúvidas e sugestões
através do e-mail:
contato@revistarppsdobrasil.com.br

Para Assinantes, um conteúdo de peso!

A voz do mercado
Artigo

Curtas

Destaque

Espaço da Previdência

Esse espaço é seu

Eventos

Investimento

Palavra do Presidente

Publieditorial

Raio X

RPPS Digital

Tecnologia

*A edição da veiculação deverá ser definida 1 mês antes do término do contrato da assinatura

REVISTA
RPPS[®]
do Brasil

Assine já!

contato@revistarppsdobrasil.com.br
64 - 98133 1708

6 edições impressas

+

1 publicação no Espaço Curtas*





Foto: Dalvo Leão

Gatonaaa Poderosaaa, Poderosooo!

Nossa edição está recheada de boas inspirações para a sua gestão ser ainda melhor! O Boas Práticas de Gestão, o Oscar da Previdência, esse projeto grandioso da ANEPREM, é o marco desta edição. Afinal, mostrar bons exemplos de governança nos estimula nessa jornada em prol do RPPS brasileiro. Parabenizamos todos os Regimes Próprios premiados pela ANEPREM em nome desses Institutos vencedores: Alagoas, Barra Velha, Bento Gonçalves, Naviraí, Nova Iguaçu e Salvador!

Na coluna 'A Voz do Mercado', quem tá com a palavra são os atuários Guilherme Walter da Lumens, Luiz Kogut da Actuarial e Túlio Pinheiro da Arima, os três falam da responsabilidade atuarial dos RPPSs.

Nossa homenagem ao poder da mulher na gestão do RPPS. Destaque para Evone Alves de Rio Brillante/MS, Marcela Bragança de Guarulhos/SP e Ana Paula de Varginha/MG, que representam o talento feminino à frente dos RPPSs do Brasil.

Nossa capa registra a maestria da ANEPREM na realização do 20º Congresso Nacional e destacamos a nova gestão da entidade.

Registramos também a notoriedade da APEPREV em realizar grandes eventos a exemplo do 18º Congresso de Previdência em Foz do Iguaçu.

E na nossa viagem pelo Brasil previdenciário que sabe fazer gestão de previdência pública, fizemos um RAIO X no poderoso Estado de Minas Gerais. Nosso destaque foram Divinópolis, Itaúna, Sabará e o RPPS do Estado de Minas. Inspire-se!

Aplausos para nossos articulistas que defenderam temáticas importantes. Pilares de uma gestão previdenciária responsável: instrumentos institucionais foi o tema de Diana Vaz de Lima. A Previdência dos Entes Federativos: A oportunidade de avanços foi assunto para Guilherme Velloso Leão. A importância da governança na governabilidade do RPPS foi esmiuçada por Otoni Guimarães. O retorno do dragão foi o paper de Pablo Spyer. David Aquino questionou... Aposentadoria ou longevidade? Devo me preparar a partir de que idade? E Bruno Martins respondeu dúvidas de leitor sobre a recuperação da capacidade e retorno ao trabalho.

Destacamos o nosso projeto RPPS NA VEIA, que está no ar levando informações e orientações de uma forma leve e descontraída, e com grande alcance através de canais digitais audiovisuais e também como Podcast no Spotify. O programa é quinzenal e sempre as segundas-feiras. Acompanhe!

Aproveite também nosso conteúdo nos canais digitais! Todos os dias um cadinho de orientação pra você.

Ilhame Fonseca
Diretora e Editora e equipe

Ahhh... e anota aí, muito mais conteúdo você encontra nos nossos canais digitais:



Expediente

Diretora e editora responsável

Iliane Fonseca / jornalista MTE/RP 2729/GO

Financeiro

Erlaine Gomes

Projeto Gráfico e Diagramação

Madi Lalli 19 99974 9890

Fotografia/reportagem

Iliane Fonseca e Égon Rodrigues

Contato com o mercado

Iliane Fonseca e Débora Rodovalho

Coordenadora de Comunicação e Marketing

Débora Rodovalho - 64 98133 1708

Administrativo

Antônio Rubens

Assessoria jurídica

Oliveira & Rizzo Advogados Associados - 64 3441 4881

Conselho Editorial

Márcio Apolinário - Presidente da APEPREV

Fernando Calazans - Advogado

Adilson Carlos Pereira - Presidente da ANEPREM

Ronaldo Oliveira - Consultor previdenciário

Colunistas nesta edição

Bruno Martins | David Aquino | Diana Lima

Guilherme Leão | Lucas Fonseca | Otoni Guimarães

Pablo Spyer

Impressão

Gráfica União 34 3236 4922

Assinatura e distribuição

Edição impressa - assinatura: R\$ 380,00

(6 edições / Circulação bimestral)

Distribuição própria para assinantes e público alvo - via Correios

www.revistarppsdobrasil.com.br

contato@revistarppsdobrasil.com.br

64 - 3411 6345

Escritório:

Rua Nsa Sra de Fátima, 585

Bairro Nsa Sra de Fátima

Catalão/GO - CEP: 75.709-180



- Todo nosso conteúdo editorial tem como propósito informar e orientar os envolvidos com o segmento. Os artigos assinados expressam, especificamente, a opinião de seus autores.
- Qualquer reprodução do conteúdo da Revista RPPS do Brasil, por quaisquer meios, somente com autorização por escrito da empresa responsável pela edição.
- Este conteúdo é de inteira responsabilidade do anunciante/colunista, não reflete necessariamente a opinião da Revista RPPS do Brasil.



Índice



6 Artigo

Diana Lima fala de pilar da gestão previdenciária

13 A voz do mercado

Atuários falam da responsabilidade com o déficit atuarial



25 Capa

ANEPREM se consagra na realização de grandes eventos e faz a troca de bastão na gestão



42 Homenagem

Mulheres na gestão são destaques



49 Raio X

As riquezas da governança do Estado de Minas Gerais



Pilares de uma gestão previdenciária responsável: instrumentos institucionais

Quando foi publicado no ano de 2018, o Manual do Pró-Gestão RPPS trouxe como proposta oferecer bases para a melhoria da gestão dos regimes próprios de previdência social (RPPSs), auxiliando os dirigentes e gestores no exercício de seus deveres legais e no alcance de melhores padrões de desempenho, na busca pela consecução de sua missão institucional. Trata-se de uma certificação institucional avaliada por uma entidade externa credenciada que procura atestar a qualidade e a funcionalidade de produtos, serviços, processos produtivos, gestão ambiental, dentre outros, do sistema de gestão do RPPS em análise, reconhecendo se o mesmo está de acordo com determinadas normas de referência.



Em dezembro de 2021, quase 400 RPPSs haviam alcançado algum grau de certificação do Pró-Gestão (que vai de I a IV). São dezenas de requisitos a serem observados para se chegar ao grau máximo de certificação.

Apesar de ser de adesão voluntária, ter um certificado do Pró-Gestão é um desejo de 10 entre 10 gestores de RPPS. Entre outras vantagens, a certificação confere aos

gestores de RPPS agraciados com o Pró-Gestão mais acesso a ativos de risco, que fundamentalmente trazem maior retorno aos investimentos e, conseqüentemente, maior sustentabilidade para os RPPSs. Contudo, a conquista e a manutenção da certificação do Pró-Gestão (o certificado só tem a duração de três anos) exigem um esforço diário de todos os profissionais envolvidos em sua gestão.

Outra meta é alcançar a melhor classificação possível no Indicador de situação previdenciária (ISP). O ISP afere o grau de regularidade do regime próprio, ao longo do ano, no que se refere aos critérios exigidos para emissão do certificado de regularidade previdenciária (CRP). Além do reconhecimento institucional conferido, uma boa classificação do ISP-RPPS, cujo ranking é de conhecimento público, demonstra que os fundamentos da gestão do RPPS estão sendo adequadamente observados.

Sobre a emissão do CRP, tem como papel atestar se o ente federativo cumpre as regras constitucionais e legais voltadas para a gestão de seu respectivo RPPS, de modo que o regime próprio cumpra sua missão institucional de garantir o pagamento dos benefícios a seus segurados. A obtenção/manutenção do CRP, válido administrativamente, é de suma importância para o ente federativo uma vez que é exigido nos seguintes casos: realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de emprésti-

mos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e o pagamento dos valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Como se pode observar - Pró-Gestão, ISP e CRP - são vários os instrumentos que buscam garantir que haja uma gestão previdenciária responsável, mas que demandam iniciativas que nem sempre são do conhecimento ou estão ao alcance de quem está à frente da gestão dos RPPSs. Então, que ações devem ser adotadas para que esses fundamentos sejam alcançados? Como conquistar uma gestão previdenciária responsável?

Esse será o tema da nossa coluna para o ano de 2022 - Pilares de uma gestão previdenciária responsável. A cada edição da sua Revista RPPS, vamos discutir iniciativas para que os RPPSs atendam às exigências impostas e os tornem elegíveis às melhores classificações envolvendo seus indicadores de gestão. Todos os leitores da revista estão convidados a enviar dúvidas, comentários e colaborar com o tema que será abordado na edição seguinte, enviando suas sugestões para o email: diana_lima@unb.br. Contamos com a participação de todos, desejando uma ótima gestão e muitas conquistas em 2022. Até a nossa próxima edição! ●



Diana Vaz de Lima

Realizou pós-doutorado em contabilidade e controladoria em pesquisa aplicada à resiliência financeira dos RPPSs, é doutora em ciências contábeis, mestre em administração e contadora. É pesquisadora e professora da Universidade de Brasília, e coautora do livro "A Contabilidade na Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social", publicado pela editora Atlas.

**“ATINAR É O MESMO QUE COMPREENDER
É ACHAR AQUILO QUE SE BUSCA.”**

Quando você Atina, você busca o melhor para você, entende o melhor... e porque não fazer isso da melhor forma?

Já são mais de 50 RPPS Atinados, buscando todo dia o melhor, os melhores fundos, com o melhor atendimento, com o melhor suporte!

Construímos de forma segura um portfólio completo e personalizado, em harmonia com nossa dedicação aos clientes.

Ao nosso lado, 5 Gestoras de tradição no mercado, trazendo para vocês, as melhores opções.



**NÃO OFERECEMOS APENAS SERVIÇOS,
OU INVESTIMENTOS, CONSTRUÍMOS
RELAÇÕES!**

Somos o que somos porque pensamos de forma livre e queremos ver você também FORA DA CAIXA, olhando o novo, abandonando padrões, expandindo, evoluindo...



@atinainvestimentos



atinainvestimentos.com.br

(13) 3513-6709

Felipe Affonso

Thiago Norte

Luis Arnaud

Isabel Cristina



Aposentadoria ou longevidade? Devo me preparar a partir de que idade?

Como você se sente e pensa quando se fala em aposentadoria?

Com a possibilidade de se viver mais e melhor e de usar o tempo com diferentes ocupações, remuneradas ou não, pergunta-se: faz sentido pensar em aposentadoria da forma tradicional? Vamos pensar além disso? Vamos pensar numa longevidade de qualidade?

É preciso lançar novos olhares para o que sempre ouvimos sobre a aposentadoria, incorporando uma visão de uma segunda metade da vida, como um período de grandes transformações e oportunidades. Esta é uma fase que podemos vivenciar um jogo da vida mais leve e prazeroso, e dar um sentido e significado diferente ao trabalho e ao dinheiro.

O trabalho pode ganhar novas formas, entre eles o empreendedorismo, o voluntário, o familiar e outros. É também um período de realização de projetos de autodesenvolvimento, de socialização e em prol de uma causa. Uma fase de sentir uma outra dimensão do tempo, valorizar o cuidado de si, do outro e do ambiente, perceber novas necessidades e desejos e buscar a realização de sonhos, alguns abandonados e outros que surgem.

A preparação para a aposentadoria ou longevidade envolve o cuidar de forma integrada de vários aspectos em várias dimensões das nossas vidas: o corpo, as

emoções, a mente e o espírito. E o cuidar do dinheiro, que será um suporte ativo para atender as novas necessidades, desejos e realização de sonhos e objetivos de vida.

Para aproveitar essa fase da vida precisamos reservar capitais ao longo da vida. E não é só o capital financeiro, mas também o da saúde, o das relações e o do conhecimento, como fala o gerontólogo Alexandre Kalache. E quando devemos começar a fazer isso? O mais cedo possível. Mas, se não iniciou antes, comece agora, a partir de qualquer idade.

Especificamente sobre a parte financeira, que não deve ser tratada isoladamente, a pesquisa da CNDL/SPC Brasil e BACEN 2019, mostra que cerca de 59% dos brasileiros não se preparam para a aposentadoria.

Uma outra pesquisa, a da ANBIMA - Raio X do Investidor 2021, com as classes A, B e C, apontou que os entrevistados acreditam que os recursos para a aposentadoria virão 48% da previdência pública (INSS), 23% do seu salário ou da sua própria empresa, 18% de aplicações financeiras, 9% da previdência privada, 3% do aluguel dos imóveis que possui, 1% da família/filhos que ajudarão no sustento e 10% não sabe. A situação é bem diferente entre os que já estão aposentados, visto que 86% tem recursos provenientes do INSS, 10%

da previdência privada, 2% do seu próprio trabalho e 3% das aplicações. As diferenças entre expectativas e a realidade evidenciam a falta do planejamento.

E você, já pensou de onde virão os seus recursos para viver esta fase da vida? Vai buscar outras fontes de renda? Vai continuar trabalho, como e até quando? Vai viver tranquilo com o benefício previdenciário? Vai complementar a renda com suas reservas? Vai ter que achar outras fontes de renda para saldar compromissos? Já está preocupado pois vai faltar e não vê saída? Ou não sabe, nem pensou ou não quer pensar nisso agora?

Para mudar este quadro de falta de planejamento é necessário investir em programas de preparação para a aposentadoria e, por extensão, para a longevidade, em educação financeira e previdenciária.

Acreditamos ainda na adoção de um modelo de gestão integrado, que permita fazer reservas para o futuro e possibilite também o bem viver hoje, com tranquilidade e liberdade financeira, sem dívidas ou boa gestão daquelas que por ventura são feitas. Este é o modelo 4G e 1D que desenvolvemos. E, como dito anteriormente, quanto mais cedo se fizer tudo isso, melhor. Assim você vive em paz com o dinheiro e se beneficia do efeito de longo prazo e da capitalização.

Vamos conversar mais sobre isso? ●



David de Aquino Filho




Educador Financeiro para a Longevidade, mestre em Gestão Empresarial, facilitador de Processos Conversacionais, desenvolvedor do Projeto Dinheiro e Longevidade e Sócio da Toronto Vida e Dinheiro.

FAZER PROVA DE VIDA

ficou **fácil, rápido e seguro.**



MAIS TECNOLOGIA

-  ▶ Algoritmos de Inteligência Artificial;
-  ▶ Processamento Cognitivo para captura de Biometria Facial;
-  ▶ Total segurança e controle no Processo de Autenticação.

Com o aplicativo Meu RPPS, o Segurado poderá fazer sua Prova de Vida a partir do smartphone com total segurança, a qualquer hora e em qualquer lugar.

As mais recentes tecnologias em processamento cognitivo utilizando Inteligência Artificial, envolvendo reconhecimento biométrico facial, foram utilizadas para garantir um processo ágil e de fácil operação.

O tráfego de informações entre o smartphone e o Serviço de Inteligência Artificial é feito por meio de um Ambiente Computacional em Nuvem, Criptografado, gerando a máxima proteção aos dados do segurado.

Tecnologia que torna mais fácil a **vida do segurado.**



A importância da governança

Uma questão que não arreda pé das discussões e das preocupações sobre o processo de evolução e consolidação dos RPPSs é a sua governabilidade, especialmente num ambiente onde a cada dia se busca a implementação de princípios de governança e das boas práticas de gestão, que vem ocupando cada vez mais espaços nos debates em tempos de Pró-Gestão.

Primeiramente, releva compreender esses dois conceitos no ambiente dos RPPSs, os quais nos parece razoável os expressarmos como sendo a governabilidade a capacidade política de governar de modo a equilibrar as demandas sociais e transformá-las em políticas públicas que cumpram com os objetivos institucionais e a governança, a competência técnica de implementá-las com eficiência tornando-as aderentes ao que espera a sociedade, incluindo aí os mecanismos e objetivos da accountability como instrumento de controle social.

Buscando se criar um ambiente no qual prevaleça esses conceitos e princípios norteadores da gestão dos RPPSs, a legislação passou a estabelecer algumas exigências, tais como a obrigatoriedade de uma Unidade Gestora Única desde o advento da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que acrescentou o § 20 ao art. 40 da Constituição Federal.

A Lei nº 9.717, de 1998, na sua redação original, nesse tema, estipula que seja garantido pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos ativos e aposentados nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação, contudo não se intrometendo na forma de estruturação da governança.

Em 2019, pela Lei nº 13.846, foi incorporado à Lei nº 9.717, de 1998, dispositivo estabelecendo requisitos para composição dos quadros de gestores e dirigentes das Unidades Gestoras dos RPPSs, especialmente quanto à probidade, a certificações e habilitações, além da graduação em curso de nível superior, contudo, também se mantendo silente quanto à estrutura administrativa.

Por outro lado, como incentivo à melhoria dos aspectos da governança dos RPPSs e consequentemente da governabilidade, em 2015, pela Portaria MPS nº 185, foi lançado o PRÓ-GESTÃO, que conforme descrito em seu manual tem como “objetivo incentivar os RPPSs a adotarem melhores práticas de gestão, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade”.

Contudo, embora seja de suma importância a busca da adequação do RPPS aos princípios e requisitos do Pró-Gestão, e consequentemente a obtenção de suas certificações, não vislumbramos que so-

mente a certificação seja garantia de sucesso da governabilidade do regime, tendo em vista que quase a totalidade das estruturas de governança não observam a plenitude de participação de seus atores mais relevantes, ou seja, os seus intervenientes.

No caso, são partes intervenientes aquelas que interferem nas decisões do sistema e influenciam diretamente no cumprimento das finalidades do RPPS, quais sejam:

- a) a sociedade civil local, enquanto elemento soberano e pactuador da existência do sistema, interessada direta na estabilidade do tecido social mediante a garantia do seguro da renda dos segurados acometidos pelas contingências sociais da incapacidade laborativa permanente, da idade avançada e da morte;
- b) os segurados e seus dependentes, destinatários imediatos do sistema quanto ao alcance aos benefícios e serviços previdenciários; e
- c) o ente federativo instituidor, enquanto pessoa jurídica de direito público interno, responsável pela solvência do sistema e corresponsável pela sua gestão.

Assim, entendemos que para se obter a plenitude da governança e efetiva governabilidade do RPPS, no mínimo, a sua estrutura deve contemplar a efetiva integração entre o responsável e os destinatários do sistema em suas instâncias de deliberação, de gestão e controle, na linha do que se verifica na figura abaixo:



Figura de criação do autor

na governabilidade do RPPS



Estrutura de Governança Segundo os Conceitos e Fundamentos - intervenientes

O Conselho de Administração ou Conselho Deliberativo entendido como instância de deliberação superior, composto paritariamente por membros natos e eleitos entre os segurados do RPPS, com o voto de minerva do responsável, que conjuntamente, tem a competência e responsabilidade de definir as políticas estratégicas das atividades do regime; a Diretoria Executiva composta por membros designados pelo chefe do Poder Executivo, indispensáveis a probidade e competência técnica, com a competência e responsabilidade de executar as políticas estratégicas das atividades definidas pelo conselho superior; o Conselho Fiscal como órgão integrante da estrutura de governança com atuação in-

dependente da diretoria e do conselho de administração, composto pelos interessados imediatos mediante processo eletivo, com foco nas atividades de gestão tendo como primordial função a verificação da conformidade entre as políticas definidas pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva; e o Comitê de Investimentos, como órgão de assessoramento técnico do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva quanto a formulação e execução da política de investimentos dos recursos do RPPS.

Importa dizer que a legislação de caráter normativo geral, especialmente depois da Lei 13.846, de 2019, traz uma série de exigências quanto a formação acadêmica e certificação para ocupação dos cargos e funções de gestores e membros de cole-

giados dos RPPSs, contudo, é imprescindível que a legislação de cada RPPS seja explícita e cuidadosa quanto aos requisitos para o acesso a tais composições de forma a compatibilizá-las às normas e à realidade de cada um, sempre observando o princípio da segregação de funções e a ética.

Especialmente em razão das responsabilidades assumidas e em contrapartida aos trabalhos desenvolvidos, exceto os natos, defendemos que os titulares dos colegiados sejam remunerados mediante gratificação de função compatíveis com as oferecidas pelo ente federativo para atividades correlatas.

Até a próxima! ●



Otoni Guimarães

Consultor Previdenciário, Contador,
Professor, Consultor em Gestão Pública e
Previdência.



Previdência dos Entes Federativos: A oportunidade de avanços

Previdência é um assunto absolutamente central, tanto do ponto de vista da segurança da renda de quem se aposenta e precisa ser não apenas protegido como especialmente respeitado, mas também no interesse da sociedade e do Estado, cujos recursos finitos necessitam ser geridos de modo a permitir um bom resultado ao final. Enfim, para os nossos valorosos servidores, que um dia no futuro dependerão dos benefícios dos RPPSs ou de seus planos capitalizados para viver dignamente, a qualidade da gestão previdenciária é uma questão obviamente da maior seriedade, como deve ser também para Estados e Municípios, que nada podem desperdiçar.

A seriedade do tema tornou-se mais evidente com as últimas reformas, que naquilo que mais nos interessa criaram possibilidades e buscam contribuir para uma melhor gestão. Em um Mundo no qual gerir melhor virou uma obrigação inescapável, ao gestor previdenciário cabe produzir os melhores resultados econômicos e sociais.

Por sorte, o Mundo nesse momento não apenas nos empurra a todos nessa direção, como a verdade é que gestores dos RPPSs e da previdência complementar têm muito efetivamente a compartilhar em conhecimento e experiência, o que lhes permite aprender muito uns com os outros. E o ambiente da reforma favorece esse aprendizado, em um ambiente geral que resulta no fomento da previdência dos servidores, seja ela própria ou regida pela capitalização, uma vez que aprender produz não só conhecimento como confiança.

Ao compartilhar, é claro, vamos não apenas gerar conhecimento e confiança, mas algo que da mesma forma poderá nos levar a um futuro melhor. E ao dizer isso, estamos pensando em como poderemos avançar nos próximos meses e anos em termos de gestores qualificados e padrão elevado de governança.

São muitas e importantes, por exemplo, as contribuições que a sociedade civil pode oferecer através de provas e processos de certificação e de autorregulação para a qualidade da gestão de nossas previdências, a começar de sua governança.

A propósito, é das mais amplas, podendo ser seguramente muito útil às previdências coirmãs, a experiência acumulada pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) a esse respeito. Uma exitosa caminhada para a qual o ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social, que temos a satisfação de presidir, contribui aprimorando pessoas e processos.

As EFPCs, que contam uma trajetória de mais de quatro décadas, se aproximam hoje de R\$ 1,2 trilhão de recursos sob a sua administração, uma marca e tanto. Um patrimônio respeitável e, ainda mais, porque é o que garante as aposentadorias e pensões de mais de 3 milhões de brasileiros, contingente que se eleva a mais de 7 milhões se considerarmos os participantes diretos e indiretos.

Mas, a verdade é que aquilo que mais nos envida não é sequer o caráter superlati-

vo desses números no contexto da realidade brasileira, mas sim o fato deles trazerem consigo a comprovação da boa qualidade da gestão. E nada prova melhor isso do que o alto grau de solvência, próxima de 100%, e algo que nos coloca à frente dos resultados alcançados nesse quesito pelos pension funds dos Estados Unidos, Reino Unido e outras tantas nações invejadas por sua riqueza e qualidade de vida.

Mais ainda, pagamos todos os anos, regularmente, mais de R\$ 70 bilhões a perto de 900 mil aposentados e pensionistas. São números que traduzem um justo sentimento de dever que vai sendo cumprido.

Razões de orgulho, portanto, não faltam. Sem qualquer dúvida, é uma bela trajetória que está sendo construída com competência, qualificação de pessoas e processos e foco absoluto na atividade fim, a de conceder benefícios às pessoas com as quais celebramos um inarredável compromisso de longo prazo.

Este acervo de realizações das EFPCs se soma a bem-sucedida caminhada de outras vertentes previdenciárias. Tudo somado, forma um quadro de experiências sobre o qual o País terá todas as condições para, a partir da reforma em andamento, seus objetivos e prazos, fazer avançar a previdência dos servidores e o desenvolvimento da previdência complementar.

Até a próxima! ●



Guilherme Velloso Leão

Presidente do ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social. Graduado em Economia pela PUC - MG, Mestre em Economia, MBA em Finanças. Foi Economista chefe da FIEMG por mais de 10 anos (2008 - 2018), Diretor Executivo da ABRAPP, mandatos 2013 - 2015 e 2016 - 2018, respondendo pela área de investimentos. Atualmente é Diretor Presidente da Mais Previdência, fundo de pensão do Sistema FIEMG, por vários mandatos (atual, mandato 2019 - 2021), Presidente do ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social, empresa do Grupo ABRAPP (mandato 2019 - 2021) e Presidente do Conselho Empresarial de Economia da ACMinas.



Responsabilidade Atuarial

Atuários chamam a atenção para a temível realidade do déficit atuarial

Passadas mais de três décadas desde a Constituição Federal e o início massivo da criação de Regimes Próprios de Previdência Social - RPPSs país afora, o grande desafio sempre foi o de cumprimento do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

Alega-se que o custo previdenciário desse sistema é muito alto, e por isso inviável para a capacidade orçamentária e financeira da caixa das administrações municipais e estaduais. Ocorre que há, hoje, uma enorme herança do passado que ainda fará com que esse real e existente peso perdure por mais algumas décadas, certamente.

O biênio de 2020 e 2021 certamente ficará marcado na história dos RPPSs, uma vez que foi o período da maior alavancagem dos passivos atuariais e da majoração dos déficits atuariais já existentes, e para muitos já insuportáveis. Isso decorre justamente da combinação do cenário econômico em razão da pandemia deflagrada em 2020 e com graves efeitos ainda ao longo de todo o ano de 2021, uma vez que todo o planejamento financeiro, não somente, não foi alcançado, mas o resultado que se alcançou ficou, na média, extremamente distante daquilo que era proposto (meta atuarial, combinação de um índice de inflação mais uma taxa de juros anual,

de aproximadamente 5,80% ao ano, para 2020, e de 5,40% ao ano, para 2021), com a adequação legislativa referente à taxa de juros parâmetro, em que se observou o início da aplicação efetiva da Portaria nº 464/2018 e a sua regra para a utilização da taxa de juros atuarial nas Avaliações Atuariais de encerramento do exercício. Considerando a adoção média próxima a 6,00% ao ano até o encerramento do exercício de 2018, passamos para um parâmetro médio de 4,85% ao ano, aproximadamente, para essa Avaliação Atuarial 2022, de encerramento do exercício de 2021, a ser entregue e divulgada ao longo do exercício corrente.

Independentemente de qualquer conjectura ou cenário que possa ser projetado, há muito se afirmava que aquele parâmetro próximo a 6,00% não refletia uma realidade. E quando estamos tratando de cálculo atuarial, estamos tratando de futuro, e um futuro de longuíssimo prazo; são projeções que beiram o nível secular, uma vez que é objetivo do cálculo atuarial justamente evoluir todo o grupo de segurados existente até a sua extinção da massa, projetando suas receitas de contribuição e despesas com benefícios, a fim de que se apure qual a necessidade de recursos em cada reavaliação atuarial bem como ajustando o plano de custeio (conjunto de alíquotas e/ou aportes) a cada ano.

Ademais, é de extrema relevância asseverar que, sob o ponto de vista técnico, as avaliações atuariais de encerramento do exercício de 2021 mostraram uma realidade ainda mais cruel que deverá ser enfrentada pelas administrações dos Entes públicos, na busca do seu equilíbrio financeiro e atuarial; porém essa realidade espelhará, como nunca dantes, o tamanho do problema a ser enfrentado entre servidores públicos, Ente Federado e a sociedade como um todo, cofinanciadora de todo esse sistema previdenciário. Essa realidade deve, em nossa opinião, ser encarada como uma oportunidade para, diante das opções que a legislação traz, sem a busca por milagres ou “pirotecnias” com raso embasamento técnico e evidentes vieses de curto prazo - verificar qual ou quais os caminhos possíveis para que se encontre uma alternativa menos prejudicial ao contexto de todos os envolvidos na busca por uma previdência sólida e segura.

Não há milagre! O caminho para a construção desse futuro sólido e seguro passa, necessariamente, pelo ingresso de recursos financeiros no(s) plano(s) de benefícios administrado(s) pelo RPPS, e, logicamente, o retorno de um cenário financeiro que possibilite o batimento das metas atuariais, doravante será essencial para que o objetivo seja cumprido. ►



Guilherme Walter
Atuário e sócio da Lumens Atuarial.



Meta Atuarial 2022 - Nova Redução da Taxa de Juros

Por definição, duração do passivo “é a média ponderada dos prazos dos fluxos atuariais de pagamentos de benefícios, líquidos das contribuições, sobre esses benefícios”. Podemos dizer que a duração do passivo estabelece um prazo médio em anos para o pagamento dos benefícios futuros de um plano previdenciário.

Observamos em nossos estudos que a duração do passivo em geral fica entre 10 e 18 anos e reduz um pouco a cada ano. Este indicador é afetado principalmente pela relação do número de servidores ativos com o número de beneficiários, quanto maior a relação, a duração do passivo tende a ser maior também.

Anualmente, a Secretaria de Previdência divulga uma tabela que relaciona este prazo médio com a taxa de retorno médio dos títulos públicos nestes mesmos prazos. Esta pesquisa é utilizada para o mesmo fim pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar, que é o órgão fiscalizador das EFPC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, mais conhecidos por Fundos de Pensão.

Como o retorno médio dos títulos vai se alterando ao longo do tempo, principalmente pela alteração da taxa SELIC, temos variações importantes nas taxas de retorno a cada exercício. Baseado nestes estudos, definimos a chamada taxa de ju-

ros parâmetro, que é um teto anual para a taxa de juros a ser adotada na política de investimentos e na avaliação atuarial.

De acordo com a normatização, é até possível adotar uma taxa de juros com valores superiores a taxa de juros parâmetro, mas seria necessário desenvolver um estudo financeiro demonstrando que a carteira de investimentos apresenta uma perspectiva de retorno maior. Este estudo deve ser enviado à Secretaria antes do encerramento do exercício e apenas se for aprovado, esta nova taxa poderia ser utilizada na Política de Investimentos e na Avaliação Atuarial. Avaliamos que é muito difícil na atual perspectiva de investimentos, alcançar este objetivo.

Em 2022 a política de investimentos e a avaliação atuarial do RPPS deverá estabelecer como meta atuarial a tabela na Portaria 6.132/2021, de acordo com a duração do passivo apurada na avaliação atuarial 2021. Como a referida tabela tem percentuais menores que os praticados no exercício 2021, esta redução deve provocar variações importantes nos resultados atuariais na próxima avaliação.

Por exemplo: um cliente que utilizava a taxa de 6% ao ano até a avaliação 2019, reduziu para 5,87% em 2020, 5,38% em 2021 e 4,89% agora em 2022. Recomendamos que todos os gestores de RPPS devem buscar esta informação crucial junto

à consultoria atuarial que elaborou a avaliação 2021 posicionada em 31/12/2020.

Esta redução de taxa de juros piora a situação atuarial do plano previdenciário, pois a rentabilidade projetada na avaliação atuarial é uma receita importantíssima para atingir o objetivo do sonhado EFA - Equilíbrio Financeiro e Atuarial. A conclusão é bem simples: considerar uma taxa de juros menor significa projetar rendimentos financeiros futuros menores e, portanto, será necessária mais contribuição dos segurados e do ente público para pagar os atuais e futuros benefícios previdenciários.

Consolidando as prováveis perdas com investimentos no exercício 2021 com esta nova e reduzida taxa de juros, teremos novos déficits atuariais a equacionar, situação que demandará negociações difíceis com as administrações municipais que vivem um momento de grave crise financeira e orçamentária. Mas independentemente de qualquer dificuldade, teremos que buscar novos modelos ou fontes de receitas para manter o equilíbrio financeiro e atuarial dos planos previdenciários, dentro das possibilidades de cada ente público.

Neste contexto a sua consultoria atuarial é um parceiro indispensável para apoiar e subsidiar a diretoria do RPPS com as informações e argumentos técnicos necessários e para estabelecer alternativas para o equacionamento.



Luiz Claudio Kogut

Atuário e Sócio da Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial



Previdência e o desenvolvimento sustentável

Ao falar de crescimento econômico e de desenvolvimento sustentável, precisamos abordar sobre investimentos e reestruturação fiscal.

Iniciemos pelo problema dos investimentos produtivos.

Os sistemas públicos de previdência, parafraseando Drummond de Andrade, se apresentam como “a pedra no meio do caminho”.

A Previdência sempre teve como característica principal ser um propulsor da poupança nacional, por receber recursos no curto prazo para o pagamento de benefícios no longo prazo. Este descasamento temporal, em favor da acumulação de recursos, sempre contribuiu como propulsor da poupança nacional, fomentado de investimentos.

Entretanto, atualmente a previdência dos servidores públicos, especificamente, não obstante o vultoso patrimônio, próximo a 230 bilhões de reais, não consegue ser este fomentador. E isto dar-se em virtude, especialmente, de três grandes problemas: i) grande concentração das aplicações em títulos públicos federais; ii) regulação estatal demasiadamente restritiva; e iii) restrição à concorrência na forma de reservas de mercado.

O investimento em títulos públicos federais financia a União. Parcela significativa desta receita destina-se ao custeio da dívida e máquina pública, e eventualmente, para investimentos em infraestrutura, por

exemplo, o que vai de encontro com o objetivo de utilização desta poupança.

A regulação, por outro lado, ainda se apresenta bastante restritiva, mesmo quando comparada àquela destinada à Previdência Complementar, não obstante certa evolução recente com o advento da Resolução CVM 4.963, que permitiu maior exposição, especialmente em fundos voltados para investidores qualificados e profissionais, caso a Unidade Gestora do RPPS seja acreditada (certificada no PRÓ-GESTÃO). Acrescente-se, ainda, que a autorização constitucional de empréstimos consignados com recursos dos RPPSs foi seguida de regulação igualmente restritiva quanto ao percentual de alocação dos respectivos recursos nesta modalidade de investimento, não obstante o seu provável impacto positivo sobre as rendas familiares de aposentados, especialmente.

E, por fim, infelizmente perpetua-se a restrição à concorrência de mercado, na forma de barreiras à entrada de novos “players”, dificultando a oferta aos RPPSs de produtos financeiros destinados ao desenvolvimento local e sustentável, uma vez que uma maior quantidade de “players” implicaria em maior oferta de produtos e, conseqüentemente, maior inovação.

E o problema fiscal?

A EC n. 103/19 reformou a Previdência Pública Brasileira profundamente ao desconstitucionalizar as regras previdenciárias dos servidores públicos, quer dizer, ao devolver a cada ente federativo maior poder de legislar sobre a matéria, resta-

belecendo a essência do pacto federativo.

Entretanto, a esdrúxula proibição da instituição de novos RPPSs, em sentido diametralmente oposto ao espírito da reforma, acabou por maculá-la parcialmente. O que resta evidente, contudo, tão certo quanto dias e noites se sucedem, é a tendência de agravamento da situação fiscal dos entes federados, influenciados em grande medida pelos resultados atuariais (deficitários) dos respectivos RPPSs, inclusive muitos destes incorrendo em elevados déficits financeiros, demonstrando, inclusive, que o atual sistema de certificação (CRP) não atingiu o objetivo ao qual foi desenhado, demonstrando mais uma vez que o sistema de certificação abrangente, não funciona.

A legislação e respectiva regulação deveria focar apenas no controle do déficit atuarial antes da dedução do respectivo plano de amortização, punindo os respectivos responsáveis pela sua majoração real, quer dizer, sempre que superior ao índice de inflação oficial do governo federal, que é o IPCA.

Os demais pontos, o ente federativo deveria regulamentar em legislação local, restabelecendo o pacto federativo.

Ao criar cortinas de fumaça, não enxergamos o problema como ele é, passando uma sensação momentânea de leveza, mas pode ter certeza, a verdade aparece e já estamos vendo.

Concluindo, a Previdência pode ser mola que nos lança para frente ou peso que nos leva para baixo! Ainda dá tempo de fazermos a escolha certa! ●



Túlio Pinheiro

Atuário, palestrante, perito judicial, presidente da ARIMA Consultoria, Certificado Especialista Anbima - CEA, Certificado em Gestão, Liderança e Tecnologia pela PUC-RS, pós-graduando em Gestão, Governança e Setor Público pela PUC-RS.



Mais de 5.500 Aposentados e pensionistas aprovaram o aplicativo Meu RPPS para fazer a prova de vida em 2022

Procedimento é necessário para que beneficiário possa continuar recebendo benefícios sociais

Quase novecentos beneficiários do Sergipe Previdência realizaram prova de vida, por meio do aplicativo Meu RPPS, somente em janeiro deste ano. Com a retomada do distanciamento social por conta da nova onda de Covid-19, aposentados e pensionistas têm se beneficiado do aplicativo para validar seus dados e, dessa maneira, continuar a receber seus benefícios sociais.

O Meu RPPS é um dispositivo desenvolvido pela Agenda Assessoria, empresa mato-grossense e que já está sendo utilizado em várias localidades do país. Para o soldado da reserva Antônio Borges dos Santos, de 80 anos, o aplicativo permite que o usuário consiga realizar a atualização cadastral de forma rápida, segura e efetiva. “É minha primeira vez realizando a prova de vida. Tudo é rápido, não é como antigamente”, disse.

A prova de vida é um procedimento padrão aplicado por meio do Sergipe Previdência e deve ser realizado anualmente no mês de nascimento do segurado. A intenção, com a constante atualização cadastral, é evitar fraudes e pagamentos indevidos, o que pode acabar provocando o bloqueio do benefício. “Quem não o faz pode acabar tendo o benefício cancelado”, pontua José Andrade, diretor do Sergipe Previdência.

Além da Prova de Vida, o Meu RPPS possui recursos para simulação de aposentadoria, acompanhamento de processos e emissão de holerite. Desenvolvido utili-



zando as mais novas tecnologias de processamento cognitivo e reconhecimento biométrico, ele garante segurança ao usuário. “O aplicativo é simples e fácil. Podemos acessar várias informações a qualquer momento”, considera a aposentada Maria Josefa dos Santos.

Para baixar o APP, basta acessar a loja virtual do seu dispositivo móvel, Android ou IOS e digitar MEU RPPS. Ao baixar o aplicativo, basta escolher o Estado de Sergipe e se cadastrar. Lembrando que os beneficiários não precisam comparecer até a sede do Instituto, podendo realizar o processo de qualquer local, a partir de um celular ou dispositivo móvel conectado à internet.

Todos os servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública, Militares Reformados ou da Reserva Remunerada, Cartorários e Pensionistas devem fazer a Prova de Vida.

Para mais informações sobre a Prova de Vida, basta acessar o site do Sergipe Previdência [sergipeprevidencia.se.gov.br]. É

necessário, para ter acesso, anexar todos os documentos solicitados pelo dispositivo. Também é possível obter informações no aplicativo Meu RPPS, ou pelos telefones 79 3198-0800 e 99191-6274 (WhatsApp), e e-mail atendimento@sergipeprevidencia.se.gov.br ●



Procurando facilitar a gestão de recursos do seu **RPPS**?

Tenha a **mais completa** plataforma do mercado com ferramentas exclusivas para atender a Resolução **CMN 4.963**

Procure



+ de **2.150 RPPS** e suas carteiras detalhadas

Localize e Compare



+**1.100 fundos** enquadrados e outras **opções de investimento** para RPPS

Acesse e Baixe



Documentos oficiais dos RPPS:
DAIR, APR, DRAA e DPN

Consolide



Seus **resultados** em carteiras simples de acompanhar

Monitore



Enquadramentos da carteira e **contribuição da performance** de cada um

Elabore



Relatórios diversos da sua carteira e **compartilhe** com membros do conselho



O retorno do dragão

Mesmo antes de a Rússia atacar a Ucrânia, o mundo já vinha assombrado pela pandemia de coronavírus, que assumiu contornos concretos no início de 2020. Os lockdowns para tentar conter a tragédia provocaram uma confusão nas cadeias produtivas: faltaram chips, houve problemas com a comercialização de commodities, perda de renda e consequentes aumentos generalizados de preços.

Principalmente o Federal Reserve (Banco Central americano) veio preparando os investidores e a população de que a temporada de dinheiro fácil e barato estava terminando. Houve retirada de estímulos monetários ao mercado e aviso, sem meias palavras, de que os juros iriam subir. Como vão, talvez quatro ou cinco vezes neste ano, em 0,25 ponto percentual a cada reunião do Comitê de Política Monetária (FOMC) dos Estados Unidos.

Já estava formada a tempestade perfeita para a economia mundial. Mas tudo piorou muito com a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro deste ano. As tensões geopolíticas geraram uma série de embargos dos países ocidentais aos suprimentos russos, principalmente de commodi-

tes. E, sabe-se, o país é um dos celeiros mundiais de produtos agrícolas, petróleo e gás natural, entre outros.

A Rússia fornece 10% do petróleo global, um terço do gás da Europa e, junto com a Ucrânia, responde por 29% das exportações globais de trigo, 80% dos embarques de óleo de girassol e 19% das exportações de milho.

A Rússia também é um grande produtor de alumínio, níquel, platina, paládio, urânio, titânio, carvão, madeira e fertilizantes.

Para se ter uma ideia, os preços do petróleo subiram acima de US\$ 100 por barril pela primeira vez desde 2014, os preços do gás no Reino Unido e na Holanda aumentaram entre 30% e 40%, e os futuros do trigo em Chicago saltaram para uma máxima de nove anos e meio.

Dá para dimensionar o tamanho do estrago de uma guerra extemporânea, uma vez que todas as vias diplomáticas nem chegaram a ser exploradas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) avaliou, em recente relatório, que “os choques de preços terão impacto em todo o

mundo, especialmente nas famílias pobres para as quais alimentos e combustíveis representam uma proporção maior das despesas”. “Se o conflito aumentar, os danos econômicos seriam ainda mais devastadores.”

Ainda segundo o FMI, os bancos centrais dos países precisam ficar atentos às pressões de preços que vêm se agravando. O órgão pediu que as autoridades monetárias “monitorem cuidadosamente” o repasse do aumento dos preços internacionais para a inflação doméstica para “calibrar as respostas apropriadas”. “A política fiscal precisará apoiar as famílias mais vulneráveis, para ajudar a compensar o aumento do custo de vida”, sugeriu o FMI.

No Brasil, os impactos deverão ser ainda mais intensos. Uma das razões é a exposição maior aos fluxos financeiros globais que o restante da América Latina, com o dólar subindo e a bolsa caindo mais que na média do continente. Segundo a XP Expert, o choque global significa inflação mais persistente, especialmente de alimentos e energia. Isso provavelmente demandará do Banco Central juros altos por mais tempo para garantir a convergência à meta de inflação até 2024. ●



Pablo Syper

Pablo Syper tem 27 anos de experiência na indústria de serviços financeiros. Atualmente sócio da XP e CEO da Vai Tourinho S/A. Pablo é um profissional hábil, sênior e reconhecido. Conselheiro da Ancord - Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Valores. Foi sócio e diretor estatutário de uma corretora nos Estados Unidos, uma FULL BROKER DEALER, chamada Tradewire. Formado em Economia pela F.I.U., na Flórida/EUA e pós-graduado pela USP, em Mercado de Capitais. É autorizado pela CVM a administrar recursos de terceiros desde 2005. Em 2008 se qualificou como PRINCIPAL nos EUA e foi autorizado pela FINRA Americana a supervisionar e chefiar todas as áreas de uma Full Broker Dealer nos EUA. Criador o Minuto Touro de Ouro em 2020, que esse ano ganhou o prêmio dos +admirados da imprensa como o melhor programa de economia do rádio brasileiro. Hoje é sucesso no Brasil inteiro através da Jovem Pan, onde tem 5 programas.



As principais mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/19 no cálculo da pensão por morte nos RPPSs

Primeiramente, é importante relembrar o conceito de pensão por morte e como era feito o cálculo do benefício antes da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. A pensão por morte é um benefício previdenciário, com fundamentação legal na Lei nº 8.213/91, destinado aos dependentes dos segurados do RPPS.

Antes da promulgação da EC 103/19, a forma de cálculo da pensão por morte era a seguinte

Se os segurados fossem ativos, o valor da pensão por morte seria correspondente a totalidade dos vencimentos, na data do óbito, limitado ao teto do RGPS, acrescido de 70% do valor que ultrapassasse o referido teto. E se os segurados fossem inativos, o valor seria correspondente aos proventos de aposentadoria, na data do óbito, limitado ao teto do RGPS, acrescido de 70% do valor que ultrapassasse o referido teto.

Após a EC 103/19, o cálculo da pensão por morte está fundamentado no caput do art. 23 da EC 103/19. O referido artigo prevê que o benefício de pensão por morte concedido ao beneficiário do servidor corresponderá a uma cota familiar de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo instituidor ou daquela que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de 10%, até no máximo de 100%. E as cotas, por dependentes, não serão revertidas aos demais quando houver perda da condição, preservado o valor de 100% quando o número de dependentes remanescentes for igual ou maior que cinco.

Se houver dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor do benefício corresponde a 100% da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite do RGPS; e uma cota familiar de 50% acrescida de cotas de 10% por dependente, até o máximo de 100% para o valor que supere o teto do RGPS. E quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado conforme o caput do art. 23 da referida emenda.

Comparativo

João é um segurado aposentado e recebe um benefício correspondente a R\$ 5.000,00. Pela regra anterior, a pensão por morte a ser concedida a Maria, esposa de João, seria no valor R\$ 5.000,00 (totalidade dos proventos). Mas se o cálculo da pensão por morte for com base no art. 23 da EC 103/19, o valor da pensão por morte será correspondente a uma cota familiar de 60% do valor dos proventos, ou seja, R\$ 3.000,00.

Como a 3it está fazendo junto com os RPPSs para implantação da EC 103?

A 3it Consultoria, através do sistema 3PREV, oferece uma plataforma que está apta a realizar o cálculo de aposentadoria

e pensão por morte de acordo com as regras de cada ente federativo.

Os principais erros que encontramos nas implantações

- A falta de fundamentação própria;
- Regras de transição;
- Análise de impactos atuariais;
- Referendar a EC 103/19 com alterações;
- Alíquotas progressivas.

Nota sobre o 3PREV

Sistema 3it que dispõe de funcionalidades como: guias de recolhimento, simulação de aposentadoria, entrada no processo de aposentadoria e pensão, censo previdenciário, recadastramento e prova de vida.

O módulo de simulação, disponível no 3PREV, já possui configuração para as regras de aposentadoria e pensão da EC 103/19, e possíveis variações de requisitos como, por exemplo, tempo de mínimo de contribuição, idade ou até mesmo o pedagógico e a quantidade de pontos, no caso das regras de transição do art. 20 e art. 4º da referida Emenda.

Além de uma interface agradável e intuitiva, o sistema te ajuda a otimizar tempo e organizar demandas, auxiliando na manutenção de uma gestão mais eficiente.

Nome da empresa **3IT Consultoria**
Instagram da 3it **@3itconsultoria** ●



Michely Marinho de Barros
Atuária e Consultora de Benefícios da 3IT Consultoria



Recuperação da capacidade e retorno ao trabalho

Em nossa parceria com a Revista RPPS do Brasil recebemos o seguinte questionamento:

Fui aposentado por invalidez ex-offício em 04/04/2020. Porém, recuperei minha capacidade laborativa recentemente. Nesse meio tempo, prestei outro concurso e fui aprovado! E agora, eu entro com pedido de reversão no meu cargo atual ou espero para fazer os exames de admissão no novo cargo? Eu poderia assumir o cargo estando filiado a esse regime? Isso configuraria fraude? Se puderem sanar minhas dúvidas, eu serei muito grato!

Inicialmente é preciso deixar claro que, mesmo defendendo pessoalmente algumas hipóteses em que é possível a cumulação de proventos decorrentes de uma aposentadoria por invalidez com remuneração de cargo público, o presente questionamento não se adequa a esses posicionamentos já que foi noticiada a recuperação da capacidade laboral.

E a Aposentadoria por Invalidez se constitui em benefício sob condição, consistente essa na continuidade da incapacidade laboral permanente como fundamento para a manutenção do benefício.

Assim, a recuperação da capacidade laboral se constitui em fator ensejador da suspensão do direito ao benefício, autorizando a adoção do instituto da reversão que, em regra, pode se dar pela vontade da administração ou por pedido do próprio segurado.

Acerca da reversão um dos melhores exemplos que possuímos é o teor da Lei n.º 8.112/90 que estabelece:

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

No caso citado, há de se ressaltar a presença do elemento submissão a novo concurso, cuja aprovação pressupõe a submissão a perícia de ingresso onde será demonstrado a aptidão de saúde para o exercício do cargo.

Então, a partir desse momento, não pode mais o segurado afirmar que não tinha conhecimento de que poderia ter recuperado a capacidade laboral e, nessa condição ser revertido ao serviço ativo, o que, diante dos fatos apresentados, evidencia um afastamento da boa-fé exigida para que não lhe seja imputada sanção por sua conduta.

Além disso, a posse em novo concurso pressupõe a apresentação de informação acerca do recebimento de proventos junto a Regime Próprio, para fins do que estabelece o § 10 do artigo 37 da Constituição Federal.

Ou seja, o Ente do novo cargo tomará conhecimento de que ele(a) é aposentado por invalidez e foi tido como apto ao exercício de outro cargo público, momento em que terá o dever de comunicar ao Regime Próprio onde o benefício por incapacidade foi concedido.

Mais um fato que pode afastar qualquer argumento de boa-fé objetiva, já que tais informações também serão de conhecimento do(a) segurado(a).

Portanto, em que pese o entendimento consolidado pela jurisprudência pátria de que a má-fé não se presume, exigindo prova de sua ocorrência, os elementos lançados no questionamento ao menos autorizam a discussão acerca da inexistência de boa-fé por parte do(a) segurado(a) autorizador da abertura de procedimento de apuração de conduta.

Sem contar que também será instaurado processo para a sua reversão ao serviço ativo. ●



Bruno Sá Freire Martins

Servidor público efetivo do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso - MTPREV; advogado; consultor jurídico da ANEPREM, da APEPREV e da APREMAT; pós-graduado em Direito Público e em Direito Previdenciário; professor de pós-graduação; membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Prática Previdenciária da Paixão Editores; escreve todas as terças-feiras para a Coluna Previdência do Servidor no Jornal Jurid Digital (ISSN 1980-4288 - www.jornaljurid.com.br/colunas/previdencia-do-servidor), para os sites focidade.com.br e entrefala.com.br, autor dos livros DIREITO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO, A PENSÃO POR MORTE, REGIME PRÓPRIO - IMPACTOS DA MP n.º 664/14 ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS e MANUAL PRÁTICO DAS APOSENTADORIAS DO SERVIDOR PÚBLICO, todos da editora LTr, do livro A NOVA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (editora Alteridade) e de diversos artigos nas áreas de Direito Previdenciário e Direito Administrativo.





**ESSE
ESPAÇO
É SEU!**

**NOSSO CONSULTOR
BRUNO MARTINS
ESTÁ PRONTO
PARA ESCLARECER.**

**ENVIE SUA PARTICIPAÇÃO
PELO EMAIL:
CONTATO@REVISTARPPSDOBASIL.COM.BR
COM O ASSUNTO (ESSE ESPAÇO É SEU)**



**ACREDITAMOS QUE JUNTOS, SOMOS
MAIS FORTES E VAMOS MAIS LONGE!**

**TIRE DÚVIDAS
SOBRE A
GESTÃO DO
RPPS!**

Registros de fatos e projetos que acontecem por esse Brasil previdenciário!



ATHENA ATUARIAL

A Athena Atuarial realizou o Censo Previdenciário do RPPS de Boqueirão do Leão/RS, levando praticidade e segurança aos segurados com 100% de cobertura do censo. As informações cadastrais são essenciais para a realização do cálculo atuarial, sendo possível estimar quando o segurado vai adquirir direito a aposentadoria, por exemplo, e definir as alíquotas de contribuição, a fim de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial. Acesse athenaatuarial.com.br



BANCO NORDESTE

Fechando o ano de 2021, a cidade de Feira de Santana, na Bahia, sediou o evento Investimento em Pauta, organizado pela LEMA Consultoria para os gestores de RPPS do Estado. O evento contou com a participação de mais de 30 representantes de institutos que assistiram palestras gratuitas sobre Política de Investimentos e Resolução CMN 4.963/2021 (LEMA Consultoria), Cenário Econômico e Renda Fixa (Banco do Nordeste), Renda Variável (Itaú) e Previdência Complementar (MAG Investimentos).



BARRA DO PIRAI

O Fundo de Previdência de Barra do Piraí, responsável pela gestão do RPPS têm como atribuições a concessão, manutenção e o pagamento de aposentadorias e pensões, de todos os poderes, órgãos e entidades municipais, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, assim como: a centralização; a administração; o gerenciamento e a sua operacionalização. Conta com mais de 5 mil segurados e é um dos únicos do Brasil a realizar de maneira própria o Censo Previdenciário do SISPREV.



MARINGÁ

A Maringá Previdência tem como missão: Garantir os benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais e seus dependentes com segurança e excelência. Conduzida por uma equipe eficiente, vem somando importantes conquistas, tais como: Certificação Nível II do Programa de Certificação Institucional dos RPPS - PRÓ-GESTÃO e a frequente renovação do CRP e constantes inovações. Nesse propósito se faz necessário, dedicação, persistência, inovação e muito amor para o fortalecimento do RPPS, destaca a diretora presidente da instituição, Cinthia Amboni.



IPASEMAR

O Instituto de Previdência de Marabá/PA - IPASEMAR é uma autarquia criada em 1996. Aderiu ao Pró-Gestão e busca em 2022 a sua primeira certificação.

Recentemente implantou o programa 'papel zero' e entre as demais ações a serem realizadas em 2022 está a realização do recadastramento dos aposentados e pensionistas através de aplicativo, censo previdenciário dos servidores ativos e palestras semestrais a fim de esclarecer aos servidores sobre as regras de aposentadoria.



JOSÉ WILSON

O Regime de Previdência Complementar é fundamental para o servidor público, é nele que podemos trazer a segurança de obter recursos que irão agregar no benefício de pós-emprego, uma vez que os recursos acumulados com a contribuição do servidor e a contribuição do patrocinador será o melhor investimento a longo prazo a ser realizado pelo segurado, informa

José Wilson Silva Neto, Gerente de Estratégia Pública da MAG Seguros, Atuário.



IPS

Em menos de um ano de trabalho da nova gestão, o Instituto de Previdência da Serra/ES recebeu suas duas primeiras premiações nacionais. Uma é alusiva ao projeto de pré-aposentadoria IPS Itinerante, 2º lugar em Inovação na categoria Segurados, e a outra ao projeto Meu RPPS, 5º em Transformação Digital. "Estamos tratando os processos da autarquia não como números, mas como vidas. Com o apoio da equipe e do prefeito Sergio Vidigal continuaremos buscando a excelência e a certificação Pró-Gestão", disse o diretor-presidente Alessandro Comper.



SERGIPE PREV

O SergipePrevidência é certificado com o Nível 3 do Pró-Gestão. O Instituto é o segundo RPPS estadual do país a obter o Nível 3, e o quarto nacional a alcançar essa conquista, concedida, até novembro de 2021, ao RPPS de Recife/PE, de Ubatuba/SP e de Alagoas. O Pró-Gestão visa avaliar a capacidade de gestão e modernização de sistemas previdenciários, em todo o país, por meio da utilização de boas práticas de administração de recursos e gerência geral das instituições e sistemas previdenciários, em três pilares: Governança Corporativa, Controle Interno e Educação Previdenciária.

Portfólio completo, moderno e internacional para você investir.

diversifique

Conte com a nossa assessoria especializada:
bbdtvm.distrgoverno@bb.com.br

Para saber mais, acesse www.bbdtvm.com.br



Central de Relacionamento BB | SAC
4004 0001 ou 0800 729 0001 | 0800 729 0722

Ouvidoria BB | ou acesse
0800 729 5678 | bb.com.br

seus investimentos com fundos internacionais sem transferir recursos para o exterior

BB Ações US Biotech BDR Nível I
bb.com.br/bbacoesbiotechbdr

BB Ações ESG Globais BDR Nível I
bb.com.br/bbacoesesgbdr

BB Ações Bolsas Globais Ativo BDR ETF Nível I
bb.com.br/bbacoesglobaisativo



ANEPREM realiza com maestria o 20º Congresso Nacional e reoxigena com nova presidência

A ANEPREM fechou 2021 realizando um dos maiores eventos do país em prol da valorização do RPPS. O 20º Congresso Nacional de Previdência, IV Seminário Nor-

destino da ANEPP e XV Encontro da APEPP aconteceu na bela Porto de Galinhas e reuniu Regimes Próprios de todo país. Com grande de palestras à altura da organização do evento e com a participação de renomados profissionais e defensores do

RPPS, o evento reforçou a importância da qualificação e da disseminação da cultura previdenciária. Além da programação do evento em si, um marco foi a entrega do 'Oscar da Previdência', um dos momentos mais esperados pelos gestores do país.



O evento contou
com participantes
do Brasil todo



Túlio representando todos os atuários, comemora o sucesso do evento

E quem participou do evento se rendeu a muitos elogios. “Muito importante o evento para discutirmos temas necessários para a sustentabilidade do RPPS do nosso país. Como patrocinador do evento, é uma honra estarmos juntos dessa Associação. Estamos vivendo um momento difícil, questão fiscal dos municípios está muito delicada, as avaliações atuariais feitas neste período de Pandemia exigiram a necessidade de encontrar solução cada vez mais inovadora para atingir a condição de equilíbrio dos entes federativos e para a previdência. Para 2022 temos um projeto educacional para ajudarmos no fortalecimento do Pró-Gestão, queremos ajudar nesse processo de certificação. E temos também o desafio das avaliações atuariais por conta da elevação das taxas de juros que inspira atenção”, salientou **Túlio Pinheiro** - sócio da Arima Consultoria Atuarial.



Elisa ajudou a criar a ANEPREM e representa a força da mulher na Associação

E quem também celebra a consolidação da ANEPREM como um porto seguro para os RPPSs é **Elisa Maria Rocha**, servidora pública de Barretos/SP, fundadora da ANEPREM e atual diretora da Associação. “Em 1994 comecei a fazer parte dos encontros para fortalecer os RPPSs e foi criada a comissão técnica nacional, eu fazia parte juntamente como Afonso de Piracaia, pessoal de São Sebastião, de Jabotical, Santo André, e era uma turma boa que se reunia sempre para fazer propostas para a reforma da previdência de 1998. A gente tinha muitas questões, por exemplo, não tinha como cobrar dos prefeitos as contribuições. Na época os prefeitos e governadores criavam o RPPS e não faziam os aportes. Então precisávamos de um mecanismo de cobrança e estruturar o Comprev. Daí tivemos apoio do deputado Rauli do Paraná e fazíamos nossas reuniões lá em Londrina/PR. Foi quando, com toda carência dos municípios que não tinham muita representatividade, vimos a necessidade de criar a ANEPREM. Fundamos ela em Governador Valadares/MG num evento da Associação Mineira. E iniciamos essa luta junto ao Ministério para que os municípios também fossem ouvidos em relação as necessidades que a reforma traria. Eram muitos problemas, legislações diferentes uma das outras, e tudo impactava os RPPSs. Conseguimos a lei que deu um norte mínimo para os RPPSs, o Comprev foi normatizado, e na época o INSS passou a conceder a CND. Veio o CRP também que ajudou muito em tudo isso”, relembra ao dizer que espera que a ANEPREM continue fazendo a diferença no segmento. “Sou eterna defensora dos RPPSs, defendo a interação entre os servidores, estreitar as relações entre os RPPSs, acredito que as Associações fazem isso, reforçam essas laços de união, de luta e conquistas”.



Anderson é gestor do PREVINI

Para **Anderson da Silva Moreira**, gestor de Nova Iguaçu/RJ, o Congresso foi muito importante para o RPPS como um todo. “Tenho orgulho de ter participado, a cada ano o Congresso melhora. E termos sido condecorados com o ‘Oscar da Previdência’ foi maravilhoso e mostra a dedicação da nossa equipe, já que no dia a dia temos troca de ideais, experiências e isso possibilita um aprendizado diário. E no Congresso, esse contato entre os gestores e agentes ajuda demais a sermos melhores no nosso cotidiano no Instituto. Estamos aprendendo juntos”.



Roberto representa a força dos gestores que estão com a ANEPREM

Roberto Moisés dos Santos - presidente do AlagoasPrevidência também se diz motivado com o Congresso. “Excelente evento, Congresso forte em termos de intercâmbio de conhecimento e também de participantes possibilitando contato entre os gestores. Importante destacar também a qualidades dos palestrantes e o número de participantes. Esse intercâmbio de conhecimento entre gestores dá um upgrade para todos os nós. Essa interface de conhecimento é muito boa para todos”, ponderou.



Dioclécio, do MS, feliz em ver a entidade fortalecendo

Para o presidente do instituto da ADIMP/MS e diretor benefícios do RPPS de Costa Rica/MS, **Dioclécio Paes da Silva** o evento veio num bom momento. “Notamos a qualidade dos temas das palestras e sentimos gratificados pela quantidade de pessoas inscritas, buscando qualificação. Saímos do Congresso felizes por vermos que o tema da vez foi GESTÃO, e que não dá pra fazer uma boa gestão sem pensar em qualificação. E 2022 certamente será um ano desafiador, e um ano de desafio também à qualificação contínua, e com certeza isso dará mais segurança para os nossos Institutos”, ressaltou ao parabenizar a ANEPREM. “Parabéns pela escolha dos temas, parabéns também aos palestrantes que trouxeram novas leituras dos inúmeros temas que englobam a gestão do Regime Próprio”, frisou ao afirmar que o Mato Grosso do Sul teve 80 participantes no Congresso em Porto de Galinhas, 13 municípios representados de um total de 52 RPPS no Estado de MS.



Corrozino representando o TCE-RS



Adler representou a AGU

Adler Anaximandro da Advocacia Geral da União, que também participou na plenária sobre segregação de massas, a ANEPREM foi muito feliz na escolha desse tema. “Todo RPPS vive preocupado em equacionar seu déficit, isso é praticamente uma característica própria de estados e municípios de apresentarem seus déficits, e isso não é problema de gestão, e sim de concepção. O que discutimos no Congresso da ANEPREM foi a possibilidade que a União deu aos estados e municípios de terem ferramenta própria pra criarem mecanismo de salvaguarda em momentos de crises fiscais muito assoberbadas. Então, quando o estado ou o município estiver passando por uma crise muito grande, pode olhar para seu RPPS e buscar dentro da norma nova editada pelo Governo Federal, uma tábua de salvação para emergencialmente e excepcionalmente utilizar o mecanismo de revisão da segregação”, ponderou.



Prefeita anfitriã do evento, Célia Sales



Heliomar em momento solene com várias autoridades

Para **Gustavo Carrozino** do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, o evento foi extremamente eficaz. “No geral o evento foi muito completo. Participei do painel sobre a revisão da segregação de massas e achei muito positiva a discussão. Tema polêmico, extremamente técnico, tive oportunidade de colocar pontos. Discutimos pontos de implantação imediata. Numa leitura fria da Portaria 464, pode deixar dúvidas, por isso sempre bom podermos conversar para ter melhor compreensão da matéria. A principal mensagem que deixo é que toda revisão de segregação seja olhada com cautela, e se for feita, que seja embasada por estudos atuariais robustos”.



O ponto alto do evento foi a entrega do Oscar da Previdência



Heliomar Santos feliz com a missão cumprida

“Esse evento se tornou marco do fim de um ciclo, que começou em 2009...”

Adilson Carlos, o novo presidente da ANEPREM, também celebra o sucesso da Associação que tanto fez e tanto faz em prol do fortalecimento dos RPPSs. “A ANEPREM existe há 20 anos e tem grande legado no universo da previdência pública. Heliomar fez um grande trabalho, trouxe inovações como o Boas Práticas, a ANEPREM Educacional, e temos grande responsabilidade de fazer melhor ainda do que ele fez. Trabalho que envolve muita gente, e temos certeza que vamos contribuir muito com a atuação de toda nossa equipe. Se estamos à frente, temos obrigação de fazer o melhor possível. Fazer pelos pequenos RPPSs, ajudar quem mais precisa. Esse é o foco da ANEPREM, unir grandes e pequenos, mas ajudar os pequenos acima de tudo”, ponderou.

Adilson se mostra ansioso para o ano de 2022 com novidades como a realização de um Seminário Nacional em São Luís/MA em julho em parceria com a Associação do Maranhão e o 21º Congresso em Bento Gonçalves/RS, em parceria com AGIP. “Nosso intuito é servir a todos, ajudar conselheiros, todas as áreas que envolvem a gestão do RPPS. Precisamos trabalhar pra fazer com que a previdência tenha equilíbrio financeiro atuarial e que as orientações cheguem a todos de forma igualitária”, ressaltou.

Comemoração também do então presidente da ANEPREM, **Heliomar Santos**, que neste Congresso passou o bastão de presidente para o professor Adilson Carlos. Para Heliomar, que durante décadas cuidou dos destinos da Associação, fechar o ciclo com um Congresso tão importante foi motivo de muita satisfação.

“Esse evento se tornou marco do fim de um ciclo, que começou em 2009, quando participei do CONAPREV, em 2010 assumi a presidência da ANEPREM, primeiro congresso realizamos em 2011, e foi uma trajetória muito gratificante, 8 anos como presidente, editamos e lançamos dois livros, criamos o prêmio Boas Práticas de Gestão - o Oscar da Previdência, aprimorando com o Prêmio Inovação que estimulou os RPPSs a buscarmos melhorias para a gestão. Com sugestão da Iliane Fonseca, diretora da Revista RPPS do Brasil, inovamos no prêmio, implantamos melhorias na cerimônia de entrega e cada vez mais veio crescendo e se tornando referência inclusive para lançar o Pró-gestão em 2015, com Narlon citando durante o Congresso da ANEPREM, o 19º realizado ano passado no Rio de Janeiro, que o Boas Práticas de Gestão foi esse balizador para que o Ministério instituisse o Pró-Gestão. No ano passado, mesmo com a pandemia fizemos aquele grande evento no Rio, e agora em Porto de Galinhas fechamos as inscrições

E sobre o desafio de estar no comando da ANEPREM, Adilson se mostra motivado. “Somos muito gratos pelo convite para estarmos à frente deste grande desafio. Junto com as associações estaduais do país e com os RPPSs municipais queremos fazer o melhor. Nossa diretoria renovada, sangue novo, gente imbuída de fazer a diferença, com a experiência de diretores que acompanham o crescimento da ANEPREM nestas décadas, sei que juntos vamos fazer muito mais, os jovens diretores com os já experientes no trabalho. A ANEPREM é hoje o que é, porque teve a dedicação de ex-presidentes maravilhosos. Valorizar e respeitar o passado para termos um futuro melhor é fundamental”.

Adilson nasceu em Vicência/PE, é professor formado em Biologia, pós-graduado em gestão pública e experiência na área pública desde 2005, tendo passado pela Secretaria de Administração e gestão de RPPS desde 2009. “Espero somar, tenho muito a aprender, estou aberto a opiniões, ideias e é com esse aprendizado que vamos construindo o melhor. Sou eterno aprendiz. Gratidão que tenho a Deus é infinita, nós sem Deus não somos nada. Os desafios vêm de Deus. A fé é fundamental. Pra Deus nada é impossível!”, finaliza Adilson.

3 semanas antes do Congresso com mais de 800 pessoas do país todo, com grade de palestrantes renomados, Tribunais de Contas participando, com a presença do Secretário de Previdência Leonardo Rolim via conferência, e mais a presença durante todo Congresso da equipe da Secretaria da Previdência. Só temos que agradecer todos, patrocinadores, participantes, amigos, palestrantes, a parceria com a Revista RPPS do Brasil, só agradecemos mesmo e tenho certeza que contribuimos para a trajetória contínua, para o fortalecimento da ANEPREM.

Esperamos para essa nova gestão comandada pelo Adilson que a ANEPREM cresça ainda mais, teremos um evento no Maranhão e também em Bento Gonçalves em 2022. Durante essa trajetória demos boa contribuição para o fortalecimento da previdência do Servidor público, e isso me orgulha muito”, celebrou ao afirmar que passa o bastão para a nova diretoria com o sentimento tranquilo e o compromisso de seguir juntos, unidos e se colocando à disposição da nova diretoria. “Estarei coordenando a ANEPREM Educacional com cursos de pós-graduação e vamos, juntos, continuarmos fazendo a diferença no segmento”, ressaltou Heliomar.

“...unir grandes e pequenos, mas ajudar os pequenos acima de tudo”



Adilson assume a ANEPREM motivado a realizar ações para continuidade do crescimento da entidade

Alguns registros de momentos do Congresso da ANEPREM. Mais cliques você pode conferir lendo o QRCode





12º Prêmio ANEPREM de Boas Práticas de Gestão

RPPSs do Brasil todo celebram a conquista do Oscar da Previdência

O Prêmio Boas Práticas é um balizador para a melhoria da Governança no RPPS e a cada ano se torna mais importante. A edição de 2021 teve como comissão julgadora:

Graça Alves
Coordenadora do Boas Práticas

Miguel Chaves
SPREV

Cícero Dias
FUNPRES

Otoni Guimarães
Consultor Previdenciário

Cristina Calvi
Gestora de RPPS

Lucilene Dal Pra Lazzarotti
Consultora Previdenciária



Foto: Jéssie Dias

Categoria Gestão Previdenciária		
Nº	Ente/Classificação	UG/Projetos/Pontos
1º	Estado do Mato Grosso 1º classificado	MTPREV Averbação Digital 61
2º	Ubatuba-SP 2º classificado	IPMU IPMU Digital 60
3º	Estado de Rondonia 3º classificado	IPERON Descomplica IPERON 57
4º	Ilha Bela-SP 4º classificado	ILHABELAPREV Simplifica ILHABELAPREV (Whatsapp Business, Recadastramento On Line, Holerite On Line) 56
5º	Bento Gonçalves-RS 5º classificado	FAPS BENTO Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA 55
6º	Camaçari-BA 6º classificado	Instituto de Seguridade do Servidor Municipal Pesquisa de Clima Organizacional 47
7º	Cariacica-ES 7º classificado	IPC Plano de Certificação, Capacitação e Educação Previdenciária-PCCEP 45
8º	Salvador-BA 8º classificado	FUMPRES Programa de Renovação da previdencia 42
Categoria Segurados		
Nº	Ente/Classificação	UG/Projetos/Pontos
1º	Estado de Mato Grosso 1º classificado Manaus-AM 1º classificado	MTPREV MTPREV Acolher 60 Manaus Previdência Projeto Acolher 60
2º	Serra-ES 2º Classificado	IPS Projeto IPS Itinerante 57
3º	São João da Boa Vista-SP 3º classificado	São João PREV São João PREV perto de você 51
4º	Salvador-BA 4º classificado	FUMPRES Ampliação dos Canais de relacionamento com os Segurados 45
5º	Pouso Alegre-MG	Planejar, Poupar E Prosperar Não atingiu a pontuação mínima de 42 Pontos
Categoria Relacionamento com a Sociedade		
Nº	Ente/Classificação	UG/Projetos/Pontos
1º	Estado de Alagoas 1º classificado	Alagoas Previdência Programa Conexão Qualidade O nosso presente é cuidar do seu futuro 70
2º	Salvador-BA 2º classificado	FUMPRES Reestruturação de atendimento ao público 44
3º	Pouso Alegre-MG	Investimento Transparente Não atingiu a pontuação mínima de 42 Pontos
Transformação Digital		
Nº	Ente/Classificação	UG/Projetos/Pontos
1º	Estado de Alagoas 1º classificado Bento Gonçalves-RS 1º classificado	Alagoas Previdência Alagoas Previdencia na era Digital 130 FAPS BENTO Contabilidade digital 130
2º	Manaus-AM 2º classificado São José do Rio Preto-SP 2º classificado	Manaus Previdencia SAGEM - Sistema de agendamento eletrônico da Manaus Previdencia 123 RIOPRETOPREV Projeto RPP Digital 3.0 (- Papel + Agilidade +Transparencia) 123
3º	Estado do Mato Grosso 3º classificado	MTPREV CTC Digital 120
4º	Foz do Iguaçu-PR 4º classificado	FOZPREV GESPREV - Sistema próprio de Gestão da Foz Previdência 113
5º	Serra-ES 5º classificado	FAPS BENTO Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA 55
6º	Salvador-BA 6º classificado	IPS Meu RPPS 93
7º	Ribeirão preto-SP 7º classificado	FUMPRES Sistema de Gestão previdenciária 85

Instituto de Nova Iguaçu/RJ coleciona ma



PREVINI com mais um troféu na coleção

Quem está à frente da gestão de um RPPS sabe bem que os desafios diários são inúmeros, e que sempre vale a pena se reinventar do ponto de vista de práticas de governança, acreditar no novo, superar o que está estabelecido buscando sempre a eficiência!

E tem sido exatamente isso que o PREVINI tem feito. O presidente Anderson da Silva Moreira afirma que o trabalho de melhoria tem sido uma prática diária e que conta com a participação do servidor. “Cada um fez a diferença nessa conquista, pois conseguimos o comprometimento, a dedicação e convergência de energia em prol de um objetivo que é a evolução na gestão do

Instituto. Receber o Oscar da Previdência significa que estamos no caminho certo. A gestão é transparente e conta com a participação de todos. É o reconhecimento do esforço contínuo, o comprometimento de cada um dos servidores”.

E Anderson entende que o Prêmio Boas Práticas de Gestão da ANEPREM é um balizador para todo Regime Próprio brasileiro. “A premiação é um incentivo para todos aqueles que querem aprimorar a gestão nos RPPSs. A matéria é muito específica e complexa, contudo contamos com o auxílio de grandes nomes, como Gestores, advogados, professores, atuários, consultores e membros que compõem ou que já compuseram o quadro da ANEPREM, a exemplo do Sr. Heliomar Santos, cujo

mandato de presidente da associação terminou em dezembro de 2021 e os servidores que compõem a Secretaria de Previdência, sempre dispostos a ajudar, enfim os operadores da matéria previdenciária, cada um fazendo a diferença e igualmente sempre dispostos a auxiliar nas melhorias para o sistema como um todo”

PREVINI em números

Aposentados **3.481**

Pensionistas **992**

Servidores **35**

Patrimônio de aproximado **R\$ 76 milhões**

is um Prêmio de Boas Práticas de Gestão



Anderson feliz com mais uma conquista



Um registro da celebração em família

“Cada um fez a diferença nessa conquista, pois conseguimos o comprometimento, a dedicação e convergência de energia em prol de um objetivo que é a evolução na gestão do Instituto. Receber esse Oscar da Previdência significa que estamos no caminho certo. A gestão é transparente e conta com a participação de todos. É o reconhecimento do esforço contínuo, o comprometimento de cada um dos servidores”. •



Instituto de Naviraí/MS prem

Tem um ditado de que quem faz, refaz, aprimora... colhe sucesso! E é fato! O NaviraíPrev é exemplo disso. Com dedicação, zelo pela gestão, coragem para vencer os desafios impostos pela rotina complexa de um RPPS, a equipe que está à frente do Instituto mostra que é possível conquistar bons resultados!

Para o gestor Moisés Bento da Silva Junior conquistar mais um Prêmio Boas Práticas de Gestão da ANEPREM 2021 foi um desafio. “Quando participamos pela primeira vez não conseguimos classificar, isso em 2018. Serviu de motivação para melhorarmos e revermos algumas ações, foi quando em 2019 fomos certificados no Pró-Gestão Nível I, obtivemos classificação máxima no ISP, ficamos em 8º lugar do Prêmio da ANEPREM em 2019. E mais uma vez nos desafiamos e colocamos como meta ficar entre os cinco primeiros em nossa categoria em 2021. Classificamos em quarto lugar, objetivo atingido. E

nos desafiamos novamente, para a edição 2022 nossa meta é estar entre os três primeiros. Tudo isso foi possível graças ao comprometimento de toda equipe e parceiros, conselheiros, todos procurando fazer as certificações, demonstrativos do CADPREV enviados dentro do prazo e CRP administrativo em dia. E ainda graças ao compromisso e parceria com a chefe do executivo, a prefeita Rhaíza Matos. E o principal, o comprometimento em fazer uma gestão balizada pela transparência, com melhoria na governança e retribuindo aos segurados com serviços de qualidade, pelo voto de confiança a nós dispensados. Receber esse ‘Oscar da Previdência’ significa o reconhecimento do esforço de cada um no desempenho de suas funções com responsabilidade, ou seja, colher o fruto semeado no decorrer de cada ano, de nova ação implementada”.

Moisés acredita que o Prêmio Boas Práticas de Gestão ajuda na solidificação da boa governança dos RPPSs e serve de mo-

tivação para a cada dia melhorar a gestão, pela importância que tem os RPPSs a nível nacional, e pelo capital que esses Institutos administram: a vida futura dos servidores”.

Além do Prêmio oferecido pela ANEPREM, o RPPS de Naviraí também comemora a conquista do prêmio Destaque Brasil de Responsabilidade Previdenciária da ABIPEM. Naviraí participou pela primeira vez em 2021 e a entrega do troféu foi em Goiânia durante o 54º Congresso Nacional da ABIPEM.

Naviraiprev em números

Servidores Ativos da Prefeitura **1.688**

Servidores Ativos da Câmara **26**

Aposentados **266**

Pensionistas **117**

Patrimônio Líquido **R\$ 225 milhões** ●



A conquista do Oscar da Previdência



Comitê de Investimentos também celebrando

miado por governança eficaz



Conselho Fiscal comemorando as melhorias



Diretoria Executiva orgulhosa das conquistas



Equipe administrativa celebrando a premiação



Conselho Administrativo, equipe feliz por juntos fazerem a diferença



Moisés com a prefeita Rhaíza e Adilson



Registro da premiação da ABIPEM



Bento Gonçalves/RS surpreende c



Time premiado com Otoni Guimarães, da comissão julgadora do Boas Práticas

Uma equipe que trabalha coesa conquista benefícios para qualquer tipo de organização, e não é diferente para um RPPS. O Fapsbento, instituto que cuida do futuro dos servidores públicos do município de Bento Gonçalves, conta com um time que acredita no poder do trabalho coletivo com foco em resultado. Para o gestor Juliano Albin Danguí, Caroline Ferri, Cheila Hastenteufel Rauber e Michele Gasperin Piletti - integrantes do comitê de investimentos - o trabalho de aprimoramento da gestão até culminar com a conquista do Prêmio Boas Práticas foi um processo que demandou basicamente uma reconstrução do RPPS. "Assumimos a gestão em fevereiro, modernizamos e simplificamos processos, revitalizamos o site, aprimoramos a governança e a transparência,

ficamos mais próximos dos servidores. Chegar ao resultado da premiação, principalmente o primeiro lugar na Modalidade Inovação - Categoria Transformação Digital, foi um grande desafio e maravilhoso para todos nós", destaca o time ao contar que "conhecemos o prêmio em 2019 e tínhamos como meta nos inscrever na disputa. Empenhamo-nos para adequar o RPPS, visto que exigia mudança de conceitos e formas de trabalho, alterações de normatizações e processos. Finalmente no ano de 2021 efetuamos a inscrição, com a meta de conseguir ao menos a classificação, porém conseguimos não só este objetivo, mas também o primeiro lugar na categoria Inovação. Receber a premiação é uma alegria imensa, ainda mais que em um deles conquistamos o 1º lugar. Realmente é uma satisfação e uma grande honra trabalhar com pessoas compromete-

tidas e preparadas para qualquer desafio", ressalta o gestor Juliano.

Para Juliano, a melhoria dos processos de governança e valorização dos RPPSs brasileiros é muito importante. "O Prêmio é essa vitrine que aumenta a visibilidade dos bons exemplos de gestão e possibilita que todos os RPPSs do país usufruam de todas as melhorias que foram apresentadas e implantadas, profissionalizando cada vez mais a gestão dos mesmos".

FAPSBENTO em números

Servidores ativos **1.910**

Servidores inativos **1.461**

Pensionistas **150**

Patrimônio Líquido **R\$ 550 milhões** ●

om projeto digital e sobe ao pódio



Registro da premiação da ANEPREM



O orgulho da superação

“O Prêmio é essa vitrine que aumenta a visibilidade dos bons exemplos de gestão e possibilita que todos os RPPSs do país usufruam de todas as melhorias que foram apresentadas e implantadas, profissionalizando cada vez mais a gestão dos mesmos”.



Salvador/BA coleciona P

Simmm... time que trabalha unido, constrói resultados juntos e celebra coletivamente! A equipe do RPPS de Salvador sabe muito bem o que significa essa máxima. Tanto capricho na gestão rendeu o prêmio Boas Práticas de Gestão, muito festejado por todos. "Alcançar esse reconhecimento através da premiação foi a materialização do empenho, da dedicação e da importância do trabalho em equipe. Todos aceitamos o desafio de concorrer ao prêmio e estivemos envolvidos durante todo o processo, na certeza de que juntos, alcançaríamos bons resultados. Seguimos atuando sem medir esforços para garantir um serviço de excelência aos nossos segurados", destaca a equipe ao ressaltar que participar de premiações como o Oscar da Previdência é ter a oportunidade de conhecer o trabalho realizado por outros municípios e estados. "Apresentar as conquistas e resultados de Salvador é de extrema importância para nos manter nesse caminho de crescimento e melhorias constantes na gestão".

Para o gestor, Daniel Ribeiro, os cinco prêmios recebidos no 12º Prêmio ANEPREM de Boas Práticas de Gestão Previdenciária vem mais uma vez evidenciar as boas práticas de gestão adotadas pelo FUMPRES. "Muito gratificante recebermos reconhecimento nacional pelo trabalho realizado. Tem sido gratificante acompanhar o reconhecimento da capital baiana, sobretudo estando ao lado de outras unidades gestoras do Norte e Nordeste. O desempenho de Salvador no âmbito da gestão previdenciária tem sido bastante positivo e os prêmios recebidos pelo FUMPRES reforçam esse status".

Para o RPPS brasileiro o prêmio é um excelente estímulo para melhoria constante nas boas práticas de gestão. Destaca o gestor. "Além de proporcionar a troca de informações e projetos entre os entes participantes, o prêmio também dá visibilidade aos mesmos, o que estimula o desenvolvimento de ações de governança gerando benefícios para o RPPS, o segurado e a sociedade. O prêmio é uma via de mão dupla, onde todos os participantes saem ganhando, não apenas os que são agraciados com os prêmios".

FUMPRES em números

Beneficiários **30.927**

Servidores Ativos **21.026**

Aposentados **6.673**

Pensionistas **3.228**

Patrimônio Líquido **R\$ 408 milhões**



Lançamento da CAPITALPREV, a previdência complementar de Salvador. Na foto estão Daniel Ribeiro (Diretor Geral de Previdência), Bruno Reis (Prefeito de Salvador) e Thiago Dantas (Secretário Municipal de Gestão), respectivamente.

FUMPRES tecnológico

A implantação do Programa de Renovação da Previdência, iniciada em 2020, foi um marco para a adoção de uma série de ações voltadas para melhoria na gestão da previdência municipal e atendimento ao segurado de Salvador. O programa foi dividido em quatro eixos: governança, tecnologia, certificação e equilíbrio financeiro atuarial, e para cada eixo o município traçou estratégias (fig.1) que vem sendo executadas e revisadas ano após ano com objetivo de manter um padrão de excelência nas práticas do Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES).

Algumas ações de destaque nos eixos de governança e equilíbrio atuarial e financeiro foram a implantação de previdência complementar, adequações legislativas, e reformulação do controle interno e política de compliance. O município foi pioneiro na formatação de um processo de seleção pública para entidade de Previdência Complementar e teve seu processo utilizado como parâmetro e exemplo para outros RPPSs do país.

No eixo certificação, a capital baiana obteve um grande destaque no ano passado, quando participou e ganhou seis prêmios oferecidos por associações nacionais, a Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM) e a Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios (ANEPREM). E mais recente, o FUMPRES alcançou a certificação no nível III do Pró-Gestão.

E o eixo tecnologia, que também trouxe diversas ações de melhoria, foi o que garantiu uma grande mudança na realidade dos servidores municipais a partir da aquisição, por meio de licitação, do sistema de gestão Previdenciária Sisprev Web, aplicativo Meu RPPS e Aplicativo Gestor, da empresa Agenda Assessoria.

Desde o início de 2021 o novo sistema, e aplicativo associado, permitem aos segurados a realização de diversos serviços online, com destaque especial para realização da prova de vida digital e abertura e acompanhamento de processos de aposentadoria.

Com a automatização de ponta a ponta dos processos que tramitam no órgão, ele passa a ter custo zero com papel, além da redução de despesas com impressão, combustível e ocupação do espaço físico. Essas ações proporcionam mais economia e eficiência para a Administração Municipal.

As soluções implantadas pelo FUMPRES foram pensadas para oferecer maior acesso e facilidade de atendimento ao segurado. Elas viabilizam que eles acessem diversos serviços sem a necessidade de buscar as instalações físicas para fazer os seus requerimentos. Alguns serviços disponíveis de forma online através do Portal do Segurado e/ou Aplicativo Meu RPPS são consulta de comprovante de rendimentos pagos, extrato de contribuições, boleto de arrecadação, abertura e acompanhamento de processos, prova de vida e simulação de aposentadoria.

rêmios de Gestão eficaz!



Fig. 1 - Quadro demonstrativo dos quatro eixos do Programa de Renovação Previdenciária

Resultados

Fruto da melhoria em gestão constantemente vivenciada pelo FUMPRES, o órgão obteve relevantes resultados envolvendo a realização da prova de vida, a padronização e redução no tempo de concessão de aposentadoria, além do recebimento de prêmios e certificação. No ano de 2021, 86% dos segurados realizaram a prova de vida digital. Em relação aos processos de aposentadoria, os que iniciaram no SISPREV apresen-

taram uma redução de 75% no período de conclusão. E no quesito prêmios e certificação, o FUMPRES fechou o ano de 2021 com 6 premiações nacionais em reconhecimento às boas práticas de gestão e em fevereiro desse ano o órgão foi certificado no nível III do programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Pró-Gestão).

Tecnologia

O sistema de gestão previdenciária utilizado pelo FUMPRES, o Sisprev Web, bem como o Portal do Segurado, Aplicativo Meu RPPS e App Gestor foram desenvolvidos pela empresa Agenda Assessoria, que possui expertise no desenvolvimento de soluções tecnológicas em gestão previdenciária. O município adquiriu a licença perpétua, somado a manutenção evolutiva, do Sisprev Web, Aplicativo Meu RPPS e aplicativo Gestor, o que permite ao ente realizar adaptações e parametrizações que atendam a realidade prática do FUMPRES. ●



Encerramento da auditoria Pró-Gestão. Na foto estão Uira Alcides (Consultor da ICQ, empresa que realizou a auditoria para certificação do FUMPRES), Ana Paula Matos (Vice-prefeita de Salvador) e Daniel Ribeiro (Diretor Geral de Previdência), respectivamente.



Cerimônia de premiação ANEPREM. Na foto estão Roberto Moisés dos Santos (Diretor-presidente da Alagoas Previdência), Daniela Benayon (Diretora-presidente da Manaus Previdência) e Daniel Ribeiro (Diretor Geral de Previdência do Município de Salvador), respectivamente.



Barra Velha/SC celebra conquista do Prêmio Boas Práticas de Gestão

Toda forma de reconhecimento é um estímulo à melhoria! E para um RPPS, receber um prêmio pela governança de qualidade é um estímulo e tanto. A equipe do RPPS de Barra Velha vive essa experiência do planejar, executar e celebrar! Ao empunhar o troféu do Prêmio Boas Práticas de Gestão da ANEPREM, o time se sente desafiado e estimulado a melhorar continuamente os processos de gestão. “Estamos muito gratos por termos recebido essa chancela de qualidade do nosso trabalho. Fazemos tudo com muito carinho e bus-

cando sempre nos superarmos a cada dia, e tem dado muito certo”, destaca o gestor Edivaldo Navarro Cachoeira.

Para gestor, o Boas Práticas de Gestão é um balizador de qualidade para todos os RPPSs do país. “O que um faz de bom é mostrando para o país todo e claro que todos podem tirar daquilo uma fonte de inspiração. O Prêmio ajuda na consolidação da cultura previdenciária e na garantia de que teremos um futuro protegido para nossos servidores, já que se temos uma previdência forte, o futuro está assegurado”.

Para o prefeito de Barra Velha, Douglas Elias da Costa, que fez questão de prestigiar a premiação ao RPPS, o Boas Práticas é um estímulo para que a cultura previdenciária em Barra Velha continue sendo fortalecida a cada dia.

Barra Velha em números

Servidores ativos **631**

Aposentados **143**

Pensionistas **31**

Patrimônio líquido **R\$ 50.395.686,38** ●



O orgulho do time em ganhar o Oscar da Previdência



Alagoas Previdência se mostra forte e vencedora!

O desafio de se reinventar todos os dias tem sido absorvido pelo time da Alagoas Previdência com afinco! As melhorias de governança são valorizadas pela equipe e os resultados vão acontecendo, comemora o diretor presidente Roberto Moisés dos Santos. “A conquista do Prêmio Boas Práticas de Gestão entregue pela ANEPREM representa o reconhecimento do grande esforço da equipe para implementar inovações na autarquia. Além de adotarmos um modelo de gestão em governança eficiente, mantivemos boas práticas de inovação utilizando a tecnologia a favor do beneficiário para garantir fácil acesso e nos aproximarmos da sociedade”, destacou.

Para a gerente de Gestão da Qualidade, Gabriela Leal, receber a premiação foi um estímulo. “Foi gratificante e emocionante receber o troféu pelo segundo ano consecutivo. Fazemos parte de uma gestão que

entende a importância de proporcionar à sociedade um serviço público de qualidade. Um reconhecimento nacional nos mostra que estamos no caminho certo, que toda dedicação e empenho valeram a pena”, ressaltou.

A jornalista Lílian Tourinho é assessora de comunicação do RPPS lembra a importância do ‘Oscar da Previdência’ para o RPPS como um todo. “O Prêmio é um forte incentivo para quem faz RPPS no Brasil, pois, claramente, fomenta a profissionalização e a ética na gestão desse segmento. São dois fatores importantíssimos e que fazem a diferença quando se quer alcançar um nível de excelência na gestão de um Regime Próprio”, disse Lílian.

Alagoas Previdência em números

Segurados **70 mil**

Patrimônio Líquido **R\$ 765 milhões** ●



Moisés é um entusiasta da boa gestão



Alagoas Previdência recebendo mais um prêmio: A autarquia alcançou o 2º lugar no Prêmio Destaque de Responsabilidade Previdenciária da Abipem



Aqui registro com o então presidente da Aneprem, Heliomar Santos



Nossa homenagem ao poder d

As Divas da gestão, Evone Alves de Rio Brillhante/MS, Ana Bragança de Guarulhos/SP representam o talento feminin

A figura de gestão de saia, batom e salto alto tem sido cada vez mais presente no segmento do RPPS. Embora em nível de Brasil os números mostram que na esfera pública o trabalho de gestão em sua maioria ainda é dos homens, as mulheres têm

conquistado a cada dia um espaço maior e de mais qualidade para a governança.

Nesses 12 anos de projeto da Revista RPPS do Brasil percebo claramente isso. No início do nosso projeto, nos eventos, o número de mulheres à frente do RPPS era muito menor que hoje. E mais, percebe-se

o quanto os RPPSs que têm dado abertura para a mulher enquanto gestão, estão crescendo pela particularidade do talento feminino em administrar com foco nas pessoas, priorizando a inteligência emocional, em valorizar os detalhes e se ater a resultados de time.



Evone é daquelas gestoras que amam ter o time trabalhando junto

Um desses exemplos é Evone Bezerra Alves, contadora, servidora efetiva da prefeitura de Rio Brillhante/MS desde 2009, formada em Ciências Contábeis, bacharel em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados, aprovada no XXVI Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pós-graduada em Gestão de Políticas Públicas, MBA Executivo em Gestão de Contabilidade e Finanças Empresariais e certificação ANBIMA CPA-20. Ela não cansa de se reinventar, é uma dessas mulheres que dá orgulho para o RPPS brasileiro. Jovem e motivada a fazer a diferença no que faz, ela tem orgulho da história construída. “Minha história começa aos 16 anos quando fui emancipada por meus pais a fim de que pudesse entrar no mercado de trabalho. Quando

ingressei no Instituto de Previdência de Rio Brillhante no ano de 2013 como diretora financeira fui inserida em um mundo totalmente novo, até então sabia apenas o que era do senso comum, e com o passar do tempo fui me aperfeiçoando neste fundamental ramo da seguridade social sempre com muito zelo, dedicação e comprometimento com nosso RPPS. Como diretora financeira do Instituto pude acompanhar atentamente o quão fundamental e difícil é o percurso para se conquistar o equilíbrio financeiro e atuarial. A boa gestão e a tomada de decisões corretamente são fatores cruciais para alcançar este fim”, destaca.

E a dedicação ao trabalho no RPPS lhe rendeu a indicação, em 2021, para assumir a gestão do Instituto. “É motivo de alegria presidir o RPPS e poder dar minha colaboração para deixar um le-

gado aqui para nossos beneficiários. Estamos na constante busca para elevar o nível da gestão. É uma conquista e um mérito que perpassa por dedicação, comprometimento, caminhos e pessoas que me possibilitaram um aprendizado, conhecimento e crescimento pessoal e profissional, por isso sou grata a Deus e a cada um que passou por minha vida, bem como pelas lutas e desafios que enfrentei, pois me tornaram o que sou e o que valorizo em minha vida”, ressalta Evone.

E para ela o trabalho da mulher frente à gestão do RPPS é muito relevante. “Enquanto diretora presidente da Previdência Social sinto que meu trabalho colabora para a melhoria da governança do RPPS, está fundamentada em uma gestão ética, de qualidade, democrática e transparente, com a participação efetiva dos conselhos comprometidos e com conhecimento sobre a relevância do seu papel. Trabalhamos respeitando os direitos conquistados pelo servidor público municipal, objetivando o aumento e a eficácia dos investimentos, garantindo dessa maneira o gozo de sua aposentadoria. E sabe-se que a mulher vem aos poucos obtendo um papel preponderante na sociedade, mostrando o quão excelente profissionalismo a mesma pode desempenhar nas funções e cargos que outrora só eram ocupados por homens.

“Nós mulheres comprometidas e disciplinadas podemos ser a diferença onde estivermos e a busca pelo aperfeiçoamento e qualificação da gestão se faz necessária para uma melhoria significativa do RPPS, sendo por isso indispensável”, ressalta a gestora.

a mulher na Gestão do RPPS

Paula de Varginha/MG e Marcela
ino à frente dos RPPSs do Brasil



Ana Paula se alegra por construir uma história inspiradora

E o RPPS de Varginha/MG conta com a energia de uma gestora poderosaaa! Ana Paula de Oliveira Amorim, filha de um mecânico e de uma professora, irmã mais velha de três, casada há 22 anos com um consultor de vendas, mãe de um adolescente de 15 anos, advogada e servidora pública efetiva desde 1995 é uma mulher inspiradora.

A princípio, a aprovação aos 20 anos de idade no concurso público da prefeitura de Varginha foi a oportunidade para arcar com os estudos, já que a família não poderia ajudá-la, mas depois tornou-se uma paixão o serviço público. “Nesses 26 anos atuei em diversos segmentos do serviço público, sendo os últimos a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre os anos de 2015 e 2016, no cargo de Técnica Executiva de Gabinete e a Procuradoria Geral do Município, nos anos de 2017 a 2020, atuando como Gerente da Divisão de Execução Fiscal. Minha trajetória profissional é formada de experiências gratificantes e que agregaram muito valor à minha formação acadêmica em Direito, concluído em 1998 e a pós-graduação em Gestão e Administração Pública no ano 2006”, destaca a mulher apaixonada por ver pessoas evoluindo.

E Ana Paula teve a oportunidade nesse ano de 2021 de ocupar o cargo de diretora-presidente do INPREV - Instituto de Previdência de Varginha após indicação do chefe do poder executivo, prefeito Vêrdi Lúcio Melo e a aprovação do Conselho de Administração do Instituto, composto por 14 membros, eleitos e indicados entre os servidores públicos ativos e inativos, com mandato de 2019 a 2022. E a gestora chega disposta a superar sempre as adversidades. “Os desafios na gestão de um RPPS são muitos, porém avalio positivamente o trabalho concretizado nesse ano. As atividades diárias foram intensas e o corpo técnico do INPREV atendeu todas as exigências legais, tais quais regulamentação de leis, constante acompanhamento dos investimentos no mercado financeiro e prestações de contas ditadas pelos órgãos de controles dos RPPSs, entre os quais o Ministério do Trabalho e Previdência e o Tribunal de Contas do Estado e, o primordial, zelando por um atendimento de qualidade a todos os segurados do Instituto”.

E o trabalho de gestão de Ana Paula é recheado de estímulos à melhoria da equipe do RPPS. Vários cursos e treinamentos foram promovidos pelo Instituto, entre eles o Curso de Formação de Conselheiros, Capacitação sobre aspectos técnicos e legais da Aposen-

tadoria Especial e as Boas Práticas de Preenchimento do PPP e o Curso sobre Concessão de Aposentadoria e Pensão, realizados ao longo de 2021, contando com a presença efetiva dos membros dos conselhos de administração, fiscal e comitê de investimentos, representantes da administração pública direta e indireta, servidores ativos e inativos. “Realizamos também o 1º ENCONTRO PREVIDENCIÁRIO DO INPREV, em 18 de novembro de 2021, com o apoio dos nossos parceiros Privatiza Investimentos, ABCPREV Gestão e Formação Previdenciária e Mais Valia. O encontro aconteceu na sede do Instituto que conta com uma estrutura física moderna e arrojada e estiveram presentes representantes de 13 RPPSs das cidades da região do Sul de Minas, como Três Pontas, Paraguaçu, Boa Esperança, Pouso Alegre, Campanha, Baependi, entre outros”, destaca ao afirmar que a presença do prefeito de Varginha, Verdi Lúcio Melo e do vice-prefeito Leonardo Ciacci, reforçou a importância e a credibilidade do INPREV, além da parceria com o poder executivo na condução de assuntos afetos ao funcionalismo público.

E o trabalho da mulher na gestão do RPPS brasileiro é enaltecido por Ana Paula. “Eu opto por uma gestão participativa e colaborativa, o que é muito característico de uma mulher. Agrego, ordeno, ajunto os diversos atores, para que juntos possamos fortalecer o Instituto cada vez mais. E, esse papel de gestora é apoiado pela receptividade e acolhimento recebido por meus colegas servidores públicos e fortalecido pela representatividade feminina do quadro geral de pessoal de aproximadamente 3.072 servidores municipais, sendo formado de 66% de servidoras (2.032). Assim estamos caminhando e galgando passos para a constante evolução e robustecimento do INPREV, já que o nosso futuro está sob sua égide. Acredito muito no trabalho da mulher como fomentador de um ideal de transformação, e no RPPS brasileiro vejo isso acontecer, inúmeras mulheres fazendo um trabalho maravilhoso de gestão, usando da capacidade de liderança feminina, baseada no equilíbrio, troca de perspectivas e obstinação”, enfatiza a gestora.



Marcela é uma gestora que empreende sempre com um olhar para a evolução do outro

“Empreendedorismo, para mim, é fazer acontecer, independentemente do cenário, das opiniões ou das estatísticas. É ousar, fazer diferente, correr riscos, acreditar no seu ideal e na sua missão” - Luiza Helena Trajano. É com esse trecho de uma das maiores empreendedoras do Brasil que Marcela Bragança se define. Presidente do IPREF - Instituto dos Funcionários Públicos de Guarulhos/SP, formada em Administração de Empresas, MBA Banking, certificação CPA-10 Anbima e RPPS certificado com

Pró-Gestão Nível II, essa jovem gestora se diz desafiada pelo trabalho todos os dias. “Enfrento hoje um dos maiores desafios de minha carreira profissional. Aos 34 anos de idade, estou à frente do IPREF e gerir um dos maiores institutos de previdência do Estado de São Paulo é, ao mesmo tempo, trabalhoso e recompensador. Poder proporcionar ao funcionalismo público um regime previdenciário sustentável, de qualidade e transparente é o nosso objetivo e estamos alcançando tudo o que planejamos”, reforça ao acrescentar que ‘a posição que ocupo hoje me faz refletir sobre a mudança do papel da mulher

na sociedade, que vem acontecendo há muitos anos e tende a continuar de forma cada vez mais significativa. Esse espaço é nosso, merecido e, como todas as conquistas da vida, vem com muito suor e dedicação. Há anos era dito que o ‘tomar conta das finanças é responsabilidade do homem’; hoje, não mais. Durante os 16 anos em que trabalho no mercado financeiro tive a felicidade de presenciar a participação feminina crescendo na área financeira, envolvendo-se e estudando assuntos que antes eram considerados apenas masculinos”, relembra Marcela.

No IPREF é possível ver diariamente o tamanho da contribuição dada pela presença de tantas mulheres no time. “São 40 profissionais que, diariamente, dedicam-se ao atendimento das demandas dos servidores públicos municipais tendo como objetivo proporcionar a melhor experiência e resultados possíveis para todos que buscam em nós amparo, orientação ou auxílio. Com frequência, busco estimular em nossas servidoras a importância de pontos muito importantes: estudo, visão, dedicação e profissionalismo. Para mim, esses tópicos são parte essencial na construção de uma carreira grandiosa. A atuação de mulheres em áreas que, até pouco tempo, eram dominadas por homens é uma realidade e precisa continuar sendo estimulada. O desempenho de funções com brilhantismo e de forma agregadora é notável, pois onde se tem uma mulher trabalhando, além de muito comprometimento, tem muita disposição para enfrentar desafios. Infelizmente, o descrédito e os questionamentos sobre nossas capacidades ainda existem e, por mais triste que seja, constantemente nos enxergamos em situações em que precisamos reafirmar o quanto somos capazes e sabemos o que estamos fazendo”, destaca a gestora.

E é assim... na raça, no amor, no esforço, na resiliência, na qualificação e na determinação que espero ver a cada dia mais PODEROSAAAS se vestindo com a liberdade de fazer o melhor que podem em prol da cultura previdenciária. Simmm... podemos ser o que quisermos e ajudar a construir uma previdência pública cada vez mais forte!

A APEPREV realizou com maestria o 18º Congresso Previdenciário

Nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2021 na bela Foz do Iguaçu. O evento reuniu RPPSs do país todo e muitos especialistas em Regime Próprio. Confira alguns registros do evento e você pode ver muito mais lendo o QRCode ou acessando nosso site revistarppsdobrasil.com.br





A equipe APEPREV celebra o sucesso do Congresso e do trabalho feito em 2021



A SPREV marcou presença no evento em vários momentos



O presidente da APEPREV, Márcio Apolinário, prepara um 2022 de muito mais conexões entre os RPPSs





Quase 800 pessoas do país todo prestigiaram o evento

O sistema ideal

para **RPPS**

Faça análise e consolidação de investimentos de maneira ágil e completa

- Acompanhamento dos limites legais e margens de investimentos em cada segmento
- Ferramenta AUDESP e DAIR
- Liberação, cadastro e gerenciamento de APRs
- Ferramentas de Enquadramento
- Análise de Risco e performance
- Todas as bases de dados necessárias para o dia a dia do RPPS
- Consolidação e cotização de carteiras de RPPS

Acesse



comdinheiro.com.br



Minas Gerais, um seleiro de ricos RPPSs

Na nossa viagem por esse Brasil gigante, uma paradinha na bela Minas Gerais né... só para aquela pausa pra comer queijo fresco com goiabada (risos), e simboraaa destacar a bela gestão feita por RPPSs, que representam toda riqueza de governança deste rico Estado brasileiro.

Minas Gerais que se relaciona com a riqueza do ouro e outros minérios, mas que também guarda tesouros na forma de gestão previdenciária. Na vitrine Raio X: Divinópolis, Itaúna, Sabará e o RPPS do Estado de Minas. Inspire-se! ●



Situação previdenciária dos RP

O principal objetivo de um RPPS é garantir a tranquilidade financeira que os servidores tanto esperam na sua aposentadoria. Para isso, realizar uma boa gestão é fundamental, pois, mal gerido, um RPPS pode, não só eliminar esse sentimento de tranquilidade, mas também se tornar um enorme entrave para as finanças públicas.

Assim, no intuito de realizar uma análise atuarial da gestão dos RPPSs brasileiros, a série de artigos SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS RPPSs, apresentará nessa edição os indicadores de desempenho dos RPPSs do Estado de Minas Gerais.

Ranking de efetivação de regimes próprios



O indicador **Efetivação de Regimes Próprios** representa quantos municípios de um determinado Estado possuem RPPS, de acordo com esse indicador **Minas Gerais** ocupa hoje a 16ª posição no ranking com 26% de efetivação, possuindo 218 municípios com RPPS do total dos 852 existentes no Estado.

Análise populacional

Com base nos dados dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais (DRAA), fornecidos pela Secretaria de Previdência - SPREV, pode-se observar que os RPPSs amazenses possuem um total de aproximadamente 689 mil segurados.

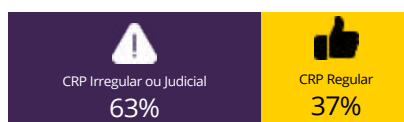
Os servidores ativos representam 55% da massa total de segurados, contando com uma idade média de 47 anos e uma remuneração média de R\$ 2.400 mensais.

Com relação aos servidores inativos, 84% são segurados aposentados e 16% são segurados pensionistas.



Em dia com o órgão fiscalizador

O Órgão regulador, com o objetivo de garantir a qualidade da gestão previdenciária e a segurança do segmento, emite o CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária aos municípios que indicarem, por meio de sua gestão, que possuem os critérios necessários para sua obtenção, dentro os quais destaca-se: A comprovação de que os repasses contributivos estejam em dia por parte do Ente federativo, assim como, que a Avaliação Atuarial do RPPS seja realizada e apresentada dentro dos prazos pré-estabelecidos.

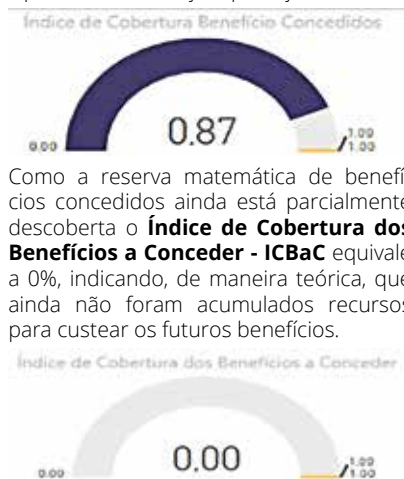


Com relação aos RPPSs do Estado de Minas Gerais, podemos observar a maioria dos municípios (63%) estão com o CRP irregular ou o obtiveram por via judicial, o que indica o não cumprimento dos critérios estabelecidos pelo Órgão regulador. Um dos principais motivos é a não realização da Avaliação Atuarial.

Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho são índices de gestão que refletem a performance Financeira e Atuarial dos RPPSs, de modo que o município possa ter uma perspectiva da situação atual do regime, bem como, poder analisar sua evolução e traçar ações estratégicas com o intuito de garantir aos seus segurados a tão esperada estabilidade durante o período de aposentadoria. (foi excluído o RPPS do governo estadual dessa análise).

O **Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos - ICBC** demonstra que os valores acumulados nos fundos (capitalizados) dos RPPSs de Minas Gerais são capazes de garantir 87% dos benefícios futuros dos atuais aposentados e pensionistas, ou seja, aqueles já concedidos.



Como a reserva matemática de benefícios concedidos ainda está parcialmente descoberta o **Índice de Cobertura dos Benefícios a Conceder - ICBCaC** equivale a 0%, indicando, de maneira teórica, que ainda não foram acumulados recursos para custear os futuros benefícios.

De forma agregada, ao comparar os recursos financeiros acumulados com o total de reserva matemática dos RPPSs, verifica-se que 37% das obrigações futuras estão cobertas, indicando que existe um risco de déficit atuarial de 63% do valor das reservas. Para fins de se ter um equilíbrio técnico atuarial, o **IC-Total** deveria ser igual ou superior a 1.

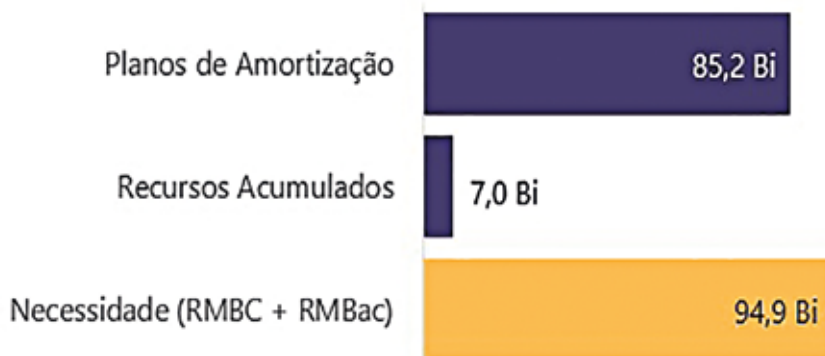


O indicador de **Maturidade Populacional**, demonstra a proporção entre segurados ativos e segurados em recebimento de benefícios. Os RPPSs de Minas Gerais de forma agregada, apresentam atualmente uma relação de 3,06 segurados ativos para cada um em benefício. Esse indicador demonstra uma fragilidade desses RPPSs, pois valores abaixo de 5 indicam que o RPPS possui um perfil demográfico desfavorável ao acúmulo de recursos previdenciários.



Sob uma perspectiva de fluxo de caixa dos RPPSs, o **Índice de Cobertura Financeira** demonstra a proporção entre as receitas anuais com contribuição e as despesas com benefícios. Atualmente, o índice observado para o estado de Minas Gerais é de 132%, indicando que as receitas (arrecadação de contribuições) são superiores as despesas (pagamento de benefícios), gerando um fluxo de caixa positivo e favorável a acumulação de recursos, mesmo diante do desafio demográfico apresentado pelo índice de maturidade populacional.

PSs do Estado de Minas Gerais



Quanto ao **resultado atuarial**, de maneira agregada, os RPPSs do Estado de Minas Gerais se encontram em uma situação atuarialmente complicada, pois possuem um déficit acumulado de 93% de suas reservas, totalizando R\$ 88 bilhões.

Verificamos ainda que, de maneira conjunta os RPPSs mineiros já reconheceram 85 bilhões (96%) do respectivo déficit, implementando os planos de amortização necessários para reequilibrar as contas.

De maneira geral, os RPPSs do Estado do Amazonas estão em uma situação atuarialmente desfavorável, porém estão realizando as ações necessárias para sanar seus déficits, como a implementação dos planos de amortização e reformas.

Contudo, vale o alerta, pois é um risco elevado basear essencialmente a solvências dos RPPSs do Estado nos planos de amortização já firmados e consequentemente na capacidade de pagamento dos Entes federativos.

Desta forma, é importante fomentar aprimoramentos na gestão previdenciária, a fim de trazer elementos, como os apresentados nessa matéria, que auxiliem na tomada de decisão e assegurem cada vez mais um futuro tranquilo a todos seus servidores e uma sustentável gestão dos cofres públicos.

Até a próxima. ●



Lucas Azevedo Fonseca
Atuário, Consultor Previdenciário e Sócio da LUMENS ATUARIAL.



@lumensatuarial
www.lumensatuarial.com.br
lumens@lumensatuarial.com.br

Rio Grande do Sul | (51) 3150 4499
Santa Catarina | (48) 3306 4134
Minas Gerais | (31) 3614-7260



LUMENS
ATUARIAL

**TRANSFORMAMOS NÚMEROS
EM DIRECIONAMENTOS**

Servidores de Divinópolis contam com RPPS consolidado

A bela cidade mineira instituiu o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis - DIVIPREV através da Lei Complementar nº 066, de 30 de agosto de 2000. Conta com 3.388 servidores ativos no quadro do ente, 32 ativos no quadro da Câmara, 15 servidores ativos no quadro do DIVIPREV, 1.623 aposentados, 192 pensionistas - Referência de Janeiro/2022.

Com Patrimônio Líquido investido em 31/01/2022 no valor de R\$ 506.105.992,22 e CRP em dia, o RPPS tem na Prefeitura Municipal um parceiro de gestão, que faz os repasses das contribuições previdenciárias em dia, dentro dos prazos definidos pela legislação.

A atual gestão do DIVIPREV preza pela transparência nos atos de gestão e pelo planejamento. Prioriza também pela qualificação e capacitação profissional dos servidores e conselheiros com foco na qualidade dos serviços previdenciários oferecidos aos segurados. Frente ao cenário de pandemia, a gestão tem trabalhado ainda no fortalecimento das ferramentas de inovação tecnológica, objetivando a segurança e facilidade de acesso aos atendimentos por parte dos beneficiários. Além disso, cabe destacar que o atual gestor engajado no aprimoramento da política previdenciária dos RPPSs recentemente tornou-se membro suplente da AMIPREM.

O DIVIPREV disponibiliza aos beneficiários através do setor de Benefícios o programa "Atendimento de Pré-Aposentadoria". Regulamentado pela Resolução 02/2021, o programa visa prestar orientações sobre procedimentos preparatórios para a instrução dos processos de concessão de benefícios previdenciários. O atendimento aos segurados e dependentes é realizado de forma contínua e independentemente de agendamento prévio no horário de atendimento ao público do Instituto.

O DIVIPREV oferece também o programa de Pré e Pós Aposentadoria "Saber Viver". As ações visam acolher, preparar e acompanhar o servidor aposentado e os que estão próximo de se aposentar, por meio de encontros, palestras, orientações e reflexões sobre os mais variados temas. "O intuito é suavizar o impacto que esta nova fase da vida pode causar despertando nos participantes a importância do planejamento de bem-estar e de qualidade de vida", destaca o superintendente Aguinaldo Henrique Ferreira Lage, advogado, pós-graduado em Direito Público, ex-conselheiro do DIVIPREV e, desde fevereiro de 2019, exerce o cargo de Superintendente e possui certificação CGRPPS. Ao acrescentar que "o DIVIPREV tem ampliado ainda os canais de comunicação com os segurados e a sociedade em geral. Atualmente conta com agendamento on-line para atendimento com hora marcada e também com a própria Ouvidoria e canal 'Fale Conosco'".

Dentre outras conquistas, merece destaque a certificação Pró-Gestão RPPS, nível II. Reconhecimento da excelência e das boas práticas de gestão que veem sendo adotadas.

E frente ao cenário de pandemia e da necessidade legal de realizar o censo previdenciário dos servidores ativos, em 2021, o DIVIPREV inovou ao adotar uma ferramenta 100% digital para a realização do censo. E, o principal, a ferramenta foi gratuita, desenvolvida com exclusividade pelos servidores do quadro do Instituto. A possibilidade de realizar o censo previdenciário por aplicativo gerou economia aos cofres do DIVIPREV, dispensando-se o custo com licitação, recenseadores, impressoras, ma-

teriais de expediente, pontos de internet e energia, sem contar o desgaste enfrentado pelo segurado com as longas filas. "O censo apurou uma cobertura de 98,37% de servidores recenseados e o índice de satisfação dos segurados com o aplicativo numa escala de 0 a 10 pontos foi em média de 8,32", comemora o Superintendente.

Um pouco de história...

O DIVIPREV foi criado em 2000, mas passou a receber as primeiras contribuições a partir de janeiro de 2001. Com uma carência de 48 meses para custear os futuros benefícios previdenciários dos servidores efetivos do quadro da Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações, o Instituto iniciou a constituição de uma capitalização para custeio dos benefícios previdenciários.

O DIVIPREV tem como missão administrar a previdência municipal a partir de uma gestão humana, participativa, transparente e com tecnologia atualizada. Tem como visão ser referência na gestão e prestação de serviços previdenciários, garantindo com isso a sustentabilidade do Instituto. "Apesar dos desafios, as perspectivas para o ano de 2022 são positivas. O DIVIPREV pretende através do planejamento estratégico fortalecer a educação continuada dos servidores e conselheiros, promover melhorias tecnológicas na gestão, fomentar discussões acerca da Reforma Previdenciária, revisar o quadro de servidores do Instituto por meio de alterações legislativas e realização de concurso público. Queremos ainda fortalecer as ações do Programa de Pré e Pós Aposentadoria e participar de concursos destinados aos RPPSs". ●



Equipe DIVIPREV



Registro da premiação da ABIPEM



Registro da premiação da ANEPREM



Aguinaldo Lage
Superintendente.



Servidores do Estado de Minas Gerais contam com previdência centenária!

Instituída pela Lei 588, de setembro de 1912, a Caixa Beneficente dos Servidores Públicos do Estado, em maio de 1924 foi transformada em Previdência dos Servidores, passou a ter personalidade jurídica própria e ampliou o leque de benefícios, instituindo a assistência financeira, médica ambulatorial e odontológica, além da criação de uma cooperativa (armazéns, alfaiataria e farmácia para o fornecimento de remédios). Naquela época, a Previdência contava com 2.243 sócios.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Previdência Social ganhou impulso no mundo inteiro e em Minas não foi diferente. O Decreto-Lei 1.416, de 24 de novembro de 1945, aprovou o novo regulamento da “Previdência” alterando a denominação para Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG. Por meio do mesmo Decreto-lei tornou-se obrigatória a inscrição dos servidores públicos civis do Estado, com menos de 50 anos de idade, como associados do Instituto e o valor da contribuição passou para 4% e 5%, de acordo com o vencimento. Também instituiu a contribuição do Estado, como empregador, de 50% do total da folha de pagamento, para a garantia do pagamento das pensões. Nesse Decreto-lei foi determinada a construção do Hospital de Base da Previdência, hoje, Hospital Governador Israel Pinheiro.

Ainda no fim da década de 40 (1948), mais um serviço foi incorporado ao rol de benefícios, o odontológico. Na década seguinte, em 1951, foi a vez do auxílio natalidade. No ano de 1954, a contribuição do Estado passou a ser o correspondente a 100% do total das contribuições referentes às aposentadorias e pensões e em 1958, o IPSEMG dá os primeiros passos rumo à interiorização com a inauguração da primeira regional do Estado, em Barbacena.



Luiza Hermeto Coutinho Campos

Servidora pública da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo de Minas Gerais há 10 anos e já exerceu diversas funções nas áreas de Segurança, Educação e Saúde.

Mais mudanças em 1973, quando a contribuição do servidor passou a ser 7% sobre o vencimento. Em 1986, pela primeira vez, um percentual é definido exclusivamente para a assistência à saúde: o servidor passa a contribuir com 8% dos seus vencimentos, sendo 3,2% para assistência social e o restante de 4,8% para pensão.

Em 2000, a alteração atinge o rol de beneficiários e maridos e companheiros das servidoras públicas passaram a ter direito a assistência à saúde e previdenciária. Além disso, dependentes do ex-servidor passam a receber pensão integral. Nessa época, foi eliminado o teto para contribuição previdenciária.

Com essa história bonita de se ler, o RPPS não para, sempre focando nas melhorias para os beneficiários. “As perspectivas para 2022 são as melhores possíveis. Com a reestruturação do IPSEMG proposta no início do ano, estamos concentrando as atividades previdenciárias do Estado no Instituto como, a Compensação previdenciária - Comprev, a gestão dos licenciados e afastados e a arrecadação e cobranças de tais perfis de beneficiários. Acreditamos que vamos melhorar a arrecadação previdenciária do fundo, desenvolvendo nossa atuação com essas frentes de trabalho. Também vamos aperfeiçoar nossos investimentos alocando os recursos em aplicações mais rentáveis. Aproveitando para ressaltar que estamos buscando o pró-gestão e a certificação dos gestores ainda para esse ano”, destaca a gestora, Luiza Hermeto Coutinho Campos, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo de Minas Gerais.

Com CRP em dia e repasses por parte do ente também feitos em dia, atualmente com 174 mil servidores ativos do Estado mineiro, 253 mil servidores inativos e 38 mil pensionistas, o RPPS mantém o regime de repartição simples, ou seja, as atuais contribuições são utilizadas para auxiliar no custeio dos benefícios pagos pelo Instituto, conta com 37.500 cotas de um fundo imobiliário, totalizando aproximadamente R\$ 3.950.000,00.

O IPSEMG não é apenas um instituto de previdência, também é responsável pelo plano de saúde dos servidores civis estaduais. Tal natureza dupla exige a presidente habilidades diferenciadas em relação a uma gestão monotemática. A principal habilidade se traduz na montagem da equipe de diretoria, visto que é difícil para a presidente conhecer e deliberar profundamente sobre todos os aspectos relacionados a esses dois assuntos tão diversos. O foco da presidente deve ser na garantia de uma boa gestão e na representação dessa perante o governo e a sociedade, dessa forma, uma equipe que seja especializada e também coesa, permitirá que a instituição seja eficiente, efetiva e eficaz no cumprimento de suas obrigações.

Dentro dessa linha de beneficiar o servidor, destaca-se os projetos: Desenvolvimento de sistema que insere o RPPS no mundo digital, de forma a permitir um processamento mais rápido das requisições dos beneficiários, bem como a disponibilização em tempo real de informações estratégicas para tomada de decisão pela diretoria. O sistema também permitirá que o IPSEMG seja muito mais transparente em relação ao andamento dos processos e na prestação de contas da aplicação dos recursos; E o desenvolvimento de projeto/equipe de auditoria em pensões e aposentadorias, que tem por objetivo evitar o pagamento de pensões e aposentadorias indevidas e por consequência evitar o desperdício de recursos públicos.

Outros benefícios que o RPPS entrega é a melhoria da comunicação com os servidores e beneficiários, visando aprimorar os canais de comunicação e melhorar a capacidade de resposta do IPSEMG aos beneficiários. E trabalhar a reforma administrativa do Instituto, a readequação dos setores, suas competências e a distribuição de gratificações, cargos e funções com o objetivo de reduzir distorções e criar um ambiente de mais transparência e reconhecimento das atribuições de cada área. ●



Itaúna conta com Previdência ativa há mais de 2 décadas

Criado em 1994 pelo pai da atual vice-prefeita (Hidelbrando Canabrava Rodrigues, em memória), o RPPS de Itaúna vem construindo história ao longo dos anos. Durante esse tempo o número de servidores efetivos veio crescendo, mas o número de aposentados e pensionistas também. Hoje o Instituto Municipal de Previdência de Itaúna - IMP desfruta de uma boa saúde financeira, mas a grande preocupação é com o déficit atuarial que é de aproximadamente 175 milhões. Para buscar mitigar essa questão, algumas medidas foram tomadas seguindo o disposto na Emenda Constitucional 103/2019. Os benefícios por incapacidade temporária, antigamente denominados de auxílio doença, foram transferidos para o SAAE, para a Câmara Municipal e para a Prefeitura. Além disso, foram alteradas as alíquotas de contribuição de servidores para 14% e a do Ente para 18,30%.

O IMP, além disso, a partir da atual gestão buscou implementar o Pró-Gestão, e é um dos poucos municípios mineiros classificados com o nível 2. Essa certificação é o resultado de muito trabalho de uma equipe séria, responsável e dedicada. "Além disso, vale ressaltar que temos o apoio incondicional do prefeito atual, Neider Moreira de Faria, que também é servidor efetivo do

município, como médico concursado" destaca o gestor Heli de Souza Maia, mestre em Direito, pós-graduado em Teoria e Método da História e graduado em Ciências Sociais, autor de livros publicados como, por exemplo, a obra 'Atividade empresária e sustentabilidade ambiental'.

O gestor reforça que o reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido pode ser observado com a recente classificação no Indicador de Situação Previdenciária, um dos poucos no Brasil a receber a nota máxima (nota A).

Embora coroado com grandes realizações, existem outras a serem conquistadas. No presente, a atual gestão está empenhada na construção da sede própria e conseguiu junto ao prefeito a doação de um terreno de 1.500 metros quadrados para esse objetivo.

Com 450 aposentados, 130 pensionistas e servidores ativos, patrimônio líquido investido de aproximadamente R\$ 200 milhões, com CRP em dia e repasses do ente também feitos dentro do prazo estabelecido, a atual gestão (desde 2017) tem investido muito na capacitação de servidores e membros de órgãos colegiados. Além disso a transparência tem sido adotada como norte para todas as ações. Por exemplo, a partir de 2017, todas as informações são disponibilizadas no site do Instituto, como

atas de reuniões, movimentações, etc.

A partir de 2018 o Instituto tem desenvolvido uma série de ações como Programa de Educação Financeira, Programa de Pós-Aposentadoria, Programa de Preparação para a Aposentadoria, nos quais são tratados e abordados temas como saúde mental, saúde financeira, saúde física e direitos, etc.

Antes da pandemia o RPPS realizava atividade festiva em homenagem aos aposentados, com direito a lanche especial e distribuição de brindes, tudo através do apoio de parceiros que patrocinavam o investimento.

Este ano, 2022, por ser um ano eleitoral é de grande preocupação para todos os RPPSs, sobretudo na questão de investimentos. Entretanto, o Comitê de Investimentos, o Conselho Administrativo e o Gerente de Investimentos do IMP têm procurado antecipar o nervosismo do mercado com a disputa presidencial para fazer as melhores alocações de recursos.

Quanto ao Programa de Educação Previdenciária, que é um dos esteios da atual gestão, ele foi retomado de forma intensa. Em maio será realizado em Itaúna um encontro regional de gestores e conselheiros de RPPS, a exemplo do que vinha ocorrendo em anos anteriores. ●



A incessante busca pela qualificação dos conselheiros



Registro de seminário sobre a nova Previdência



Há 20 anos os servidores de Sabará contam com Previdência própria!

O Instituto Sabaraprev foi criado pela Lei Municipal 999/2002, instituindo o RPPS de caráter contributivo e filiação obrigatória, com o objetivo de assegurar aos servidores efetivos do Município e seus dependentes, benefícios como: aposentadorias e pensão por morte. A equipe é constituída por nove servidores efetivos do Município e cedidos para a Autarquia.

O SABARAPREV conquistou e inaugurou sua sede própria em 13 de julho de 2018. O RPPS é para o servidor a segurança e a garantia do benefício futuro, no caso das aposentadorias e acolhida certa no caso das pensões. A manutenção consciente desse órgão é de extrema importância. Além de ser um patrimônio do servidor é também um patrimônio do Município, destaca a gestora Verlainne Carneiro do Espírito

Santo, servidora de Sabará desde 1992, graduada em Letras, especialista em Psicopedagogia, especialista em Direito Previdenciário, especialista em licitações e contratos Público Municipais e MBA em licitação Pública, está presidente do RPPS desde 2013 e foi uma das responsáveis pelas discussões e tratativas da Reforma da Previdência no âmbito do Município de Sabará.

Atualmente o RPPS beneficia 2.407 servidores ativos, 581 inativos e 114 pensionistas. Com PL investido de mais de R\$ 143 milhões, CRP em dia e repasses em dia por parte do Ente, um dos diferenciais de gestão de Sabaraprev é o acolhimento e a proximidade com os beneficiários, com um olhar e sentimento de pertencimento. "Também somos servidores efetivos do Município e por isso temos uma responsabilidade ainda maior pelo gerenciamento do Instituto", ressalta a gestora.

E o RPPS busca melhorias contínuas para os beneficiários. O Atendimento Previdenciário para aconselhamento quanto aos direitos dos benefícios de aposentadoria e pensão é uma prática diária. A Educação Previdenciária constante, com a realização de palestras, discussões sobre temas relevantes e de interesse do servidor é prática constante. Um olhar de cuidado também para com o futuro financeiro dos servidores. Por se tratar de RPPS, a gestão responsável dos Investimentos e manutenção ativa do Instituto já caracteriza uma segurança para os beneficiários. "2021 foi um ano de grandes desafios. Uma pandemia, perdas consideráveis nos investimentos, a dificuldade de alcançar metas, porém conseguimos fechar o ano com resultado positivo. Esperamos que 2022 o mercado financeiro seja um pouco mais favorável e alcance resultados satisfatórios para a manutenção dos serviços do Instituto SABARAPREV", finaliza Verlainne. ●



Cursos e afins fazem parte da rotina do RPPS



Equipe comprometida de Sabará



A gestora Verlainne estimula as melhorias contínuas





Visando evidenciar o que as regiões brasileiras estão construindo em termos de Regime Próprio de Previdência Social, a Revista RPPS do Brasil criou o espaço RPPS Raio X, cujo objetivo é fazer um raio x das Associações e dos Institutos de cada região do Brasil. Na **61ª Edição** da Revista RPPS do Brasil, vamos mostrar os **RPPSs da Bahia**. Portanto, se você é gestor ou trabalha com esse segmento, não perca a oportunidade.

Entre em contato:
contato@revistarppsdobrasil.com.br
64 98133 1708

